

Sumário

Número de notícias: 37 | Número de veículos: 16

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SERVIDOR PÚBLICO

Plano mais barato na Geap 4

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
ECONOMIA

Inflação fica dentro da meta 6

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Salário mínimo pode ir a R\$ 1.412 7

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA
SEGURIDADE SOCIAL

Prefeitos pressionam para derrubar veto à desoneração 9

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Alta dos alimentos puxa inflação de novembro 11

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES
SEGURIDADE SOCIAL

De "boa-fé" o inferno está cheio (Editorial) 13

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercados querem cesta básica única em texto da reforma 14

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Mercado projeta novo corte de 0,5 ponto para Selic 15

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
ECONOMIA

Inflação tem alta de 0,28%, a menor para o mês desde 2018 16

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Inflação controlada (Editorial) 17

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Relator da LDO cede e derruba inclusão do Sistema S no Orçamento 18

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Parlamentares defendem derrubar veto à desoneração amanhã 20

O GLOBO - RJ - ECONOMIA
ECONOMIA

Lula fala em endividamento maior para Brasil crescer 22

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Lula defende "mexer com o coração" de Campos para reduzir Selic 23

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

"Mesmo que Fed dê espaço, BCs da AL não vão cortar juros profundamente" 24

Quarta-Feira, 13 de Dezembro de 2023

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

STF garante crédito de ICMS sobre produto da Zona Franca de Manaus 26

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Compensações tributárias, a incerteza para 2024 - LU AIKO OTTA 28

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL
REFORMA TRIBUTÁRIA

Política monetária tem "gordura para queimar", defende Haddad 30

VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Para especialistas, revisão no JCP requer mais tempo para debate 31

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária deve ir ao plenário amanhã 33

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governo Milei corta subsídios, desvaloriza peso e eleva imposto 34

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL
ECONOMIA

Inflação dos EUA fica em 3,1%, mas ritmo da desaceleração é lento 36

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Faltam definições no pacote de ajuste fiscal de Milei (Editorial) 37

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
REFORMA TRIBUTÁRIA

Obstáculos no governo Lula (Artigo) 39

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Análise: Haddad enfrenta gula do Centrão e fogo amigo do PT 41

G1 - NACIONAL - POLÍTICA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Reforma tributária: sem exceções criadas no Congresso, IVA poderia ter valor mais próximo ao de países desenvolvidos, diz CNI 43

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
REFORMA TRIBUTÁRIA

BC deve reduzir hoje juro para o menor patamar desde março de 2022 45

O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

Idade e tempo de contribuição para se aposentar no INSS sobem em 2024; simule 46

PORTAL R7 - NACIONAL
SEGURIDADE SOCIAL

'Não tenho dúvidas' de que veto será derrubado, afirma Marcos Pereira, vice-presidente da Câmara 48

VALOR ONLINE - FINANÇAS
REFORMA TRIBUTÁRIA

Mercado vê chance maior de aceleração do ritmo de cortes ou de Selic final mais baixa, mostra pesquisa

.....	50
O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Influencer fitness é alvo de ação contra tráfico de drogas.....	52
VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Congresso pressiona governo por derrubada de vetos.....	53
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS SEGURIDADE SOCIAL	
Investidor poderá decidir tributação no resgate.....	55
O GLOBO - RJ - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Tudo ao mesmo tempo agora - VERA MAGALHAES.....	57
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Para recolocar o foco no lugar certo - RAUL VELLOSO.....	59
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
Manter vitória sobre a inflação depende de confiança fiscal (Editorial).....	61
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS ECONOMIA	
Às vésperas do Copom, juro futuro recua após dados de inflação.....	62

Plano mais barato na Geap

Raphael Pati*

Após enfrentar dificuldades em razão da pandemia e outros fatores, a Geap Saúde - plano de saúde voltado exclusivamente para **servidores públicos** - está se preparando para um novo ciclo.

Convidado de ontem do Podcast do Correio, o diretor-presidente da entidade, Douglas Figueredo, detalhou os planos de recuperação para os próximos meses.

"Podem esperar um preço melhor dos planos de saúde da Geap", disse Figueredo. Segundo o executivo, a empresa está em processo de estudos de uma revisão nos preços aplicados para os planos.

"A gente tem boa qualidade e a gente tem boa rede. Precisa melhorar o preço. Essa é a nossa maior discussão. A gente deve fazer um aporte importante para que garanta um preço muito mais competitivo no mercado.

Eu não posso dar a notícia inteira agora, até porque a gente não tratou de forma conclusiva com o ministério. Mas vem coisa boa, nova e importante", revelou Figueredo, na entrevista aos jornalistas Victor Correia e Vinicius Doria.

Atualmente, a Geap conta com 300 mil beneficiários e figura entre as três principais empresas do mercado de saúde suplementar de órgãos públicos, junto com a Cassi, do Banco do Brasil, e a Postal Saúde, dos Correios.

Segundo o diretor-presidente, as três devem atingir, juntas, uma receita de R\$ 12 bilhões em 2023. A Geap também está presente em órgãos estaduais e municipais, mas a maior parte de clientes da Geap vem do serviço público federal, pelo Convênio Único, com aproximadamente 270 mil vidas.

A almejada redução no valor da mensalidade valerá tanto para novos usuários quanto para quem já é beneficiário. Figueredo ainda justificou que, quando há uma queda no preço do Convênio Único, outros planos também apresentam recuo nas mensalidades. "A "mãe", como a gente costuma chamar, que é o Convênio Único, amparará outros convênios da Justiça, convênios das prefeituras, convênios nos estados", acrescentou.

O gestor comentou ainda os esforços para melhorar a relação entre a operadora, o prestador do serviço e o

beneficiário. Um ponto crítico é o prazo para o pagamento aos prestadores de serviço, como hospitais e clínicas. Figueredo relatou que havia um tempo muito longo para o pagamento às prestadoras, que chegava a 90 dias, enquanto a média para o setor é de 70 a 80 dias.

Para reverter essa situação, o executivo se reuniu com os 100 maiores prestadores da Geap em maio. No encontro, anunciou a antecipação de dois pagamentos (de junho e de julho) e a redução da régua de pagamento para 40 dias. "O que eu quero em troca? Que, quando chegar um beneficiário com a carteirinha da Geap, a sua atendente dê um sorriso, e atenda com a precisão de um bom pagador. Podem cobrar.

Eu quero feedback. Se estiver ruim, eu vou cobrar do prestador", explicou.

Mudança de rumo

A perspectiva de melhoria no preço e na qualidade do serviço ao usuário é uma mudança de rumo na trajetória recente da Geap.

Durante a pandemia de covid-19, a busca por planos de saúde aumentou entre os brasileiros e elevou em 5% o número de pessoas no país que possuem convênio médico, segundo dados da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

Enquanto a maioria das empresas crescia, a Geap Saúde viu a perda de 200 mil beneficiários nos últimos quatro anos. Para Douglas Figueredo, o revés nesse período foi resultado de má gestão.

Com o fim da emergência sanitária e a troca na gestão da empresa, a Geap já consegue reverter os dados negativos. De acordo com o novo gestor, houve um saldo de 25 mil novos beneficiários durante os últimos 10 meses, quando ele assumiu o cargo de presidente.

"Nós reescrevemos estratégias comerciais, reescrevemos a estratégia de fidelização, redefinimos a nossa forma de reter beneficiários, e melhoramos a qualidade", disse.

Figueredo também abordou outros pontos relativos aos consumidores.

A principal queixa dos clientes do plano de saúde, de acordo com o site Reclame Aqui, é em relação à demora para a autorização de consultas, exames e

cirurgias.

Para o presidente, no entanto, esse é um "assunto superado". "Agora nós temos regulação 24 horas.

A gente tem reduzido, em média, sete dias, buscando diminuir mais esse prazo, inclusive. Tinha procedimento de 15 e de 20 dias, coisa que a gente tem feito o possível para estabelecer entre sete dias", afirmou.

Outro problema relatado por beneficiários é a dificuldade para cancelar o plano. Para mudar esse cenário, o presidente disse que a empresa buscou entender os motivos que as pessoas que desejavam sair da Geap tinham, para solucionar com celeridade.

"Eu falei: "Vai na casa (do usuário).

Não é para cobrar. Faça abordagem, perguntas. "Tudo bem? Como é que a gente pode reconversar esse passivo que ele tinha conosco?". Resumo: apenas, aproximadamente, 38, 40 vidas disseram "eu não quero mais saber de Geap"", expôs.

*Estagiário sob a supervisão de Carlos Alexandre de Souza

"A gente tem boa qualidade e a gente tem boa rede.

Precisa melhorar o preço. Essa é a nossa maior discussão. A gente deve fazer um aporte importante para que garanta um preço muito mais competitivo no mercado" Douglas Figueredo, diretor-presidente da Geap Saúde

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/13/all.pdf>

Inflação fica dentro da meta

Rafaela Gonçalves

Puxado, principalmente, por alimentos, passagens aéreas e energia elétrica, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial do país, acelerou e ficou em 0,28% em novembro, após uma taxa de 0,24% em outubro, segundo o Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE).

Com o resultado, a **inflação** acumula alta de 4,04% em 2023.

Em 12 meses, a taxa recuou de 4,82% para 4,68%, abaixo do teto da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), que é de 4,75% para o ano todo.

O resultado reforçou a expectativa dos analistas de que o Banco Central deve continuar com a política de cortes da taxa básica de juros. Hoje, o Comitê de Política Monetária (Copom) tem mais uma reunião para decidir sobre a Selic, e a expectativa é de que o órgão reduza a taxa dos atuais 12,25% para 11,75% ao ano. A última vez que a **inflação** oficial fechou o ano dentro do limite foi em 2020.

"Para que a **inflação** ultrapasse o intervalo da meta para 2023, é necessário que o IPCA de dezembro tenha uma elevação acima do registrado nos últimos quatro meses", avaliou o economista Paulo Silva, do Efi Bank. "A **inflação** dentro da meta dará a segurança necessária para que o Banco Central dê continuidade à queda de juros no decorrer do próximo ano", acrescentou.

Seis dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados tiveram alta em novembro, com destaque para o de alimentação e bebidas, que registrou a maior variação, de 0,63%, e teve o maior impacto sobre a **inflação** do mês.

Segundo o gerente do IPCA, André Almeida, as temperaturas mais altas e o maior volume de chuvas influenciam a colheita de alimentos no país, "principalmente os mais sensíveis ao clima, como tubérculos, legumes e hortaliças".

O destaque de alta foi a cebola, que subiu 26,6%.

Viagens caras

As passagens aéreas ficaram 19,12% mais caras e

foram novamente as vilãs da **inflação** do grupo de transportes, que ficou em de 0,27%. Por outro lado, o preço dos combustíveis registrou queda de 1,58%, devido à redução dos preços da gasolina e do etanol. Apenas óleo diesel e o gás veicular aumentaram.

O grupo habitação registrou alta de 0,48%, influenciado por reajustes de serviços públicos.

A energia elétrica residencial fechou o mês com preços 1,07% acima do mês anterior, por conta dos reajustes aplicados em Brasília, Goiânia, São Paulo e Porto Alegre.

No lado oposto, registraram deflação de 0,35% os artigos de vestuário, acompanhado de artigos de residência e comunicação.

"A desaceleração no mês em relação ao anterior explica a mudança de composição do desconto de Black Friday, pois o grupo de vestuário e mobiliário desaceleraram", destacou Andréa Angelo, estrategista de **inflação** da Warren Investimentos.

Ela observou que o movimento oposto aconteceu com itens de higiene e beleza, que não foram destaques da Black Friday.

O índice de difusão, que mostra a parcela dos itens pesquisados pelo IBGE que tiveram aumento de preços, recuou de 53% para 52% no período. "A baixa média dos núcleos, em conjunto com os serviços subjacentes em patamar historicamente baixo, reforça um cenário desinflacionário mais consistente no curto prazo. Por outro lado, é importante reconhecer que o melhor momento dos alimentos ficou para trás. Esse que parece ser o principal desafio para 2024", alertou Igor Cadilhac, economista do PicPay.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/13/all.pdf>

Salário mínimo pode ir a R\$ 1.412

Fernanda Strickland

O salário mínimo deve subir dos atuais R\$ 1.320 para, pelo menos, 1.412 a partir de janeiro, de acordo com a nova regra de correção do piso nacional. O aumento corresponde a um reajuste de 6,97%, ou R\$ 92. No entanto, no projeto da Lei Orçamentária para 2024, o governo estimou o percentual de aumento em 7,65%, o que elevaria o mínimo para R\$ 1.421.

A regra de reajuste foi estabelecida em agosto passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou lei que restabelece a política de valorização do salário mínimo. O cálculo deve levar em conta a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) até novembro do ano anterior à vigência do novo mínimo mais o percentual de crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) de dois anos antes.

O INPC, que mede a **inflação** de famílias com renda de até cinco salários mínimos por mês (R\$ 6.600 atualmente), foi divulgado ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em novembro, o indicador subiu 0,10%, acumulando alta de 3,14% no ano e de 3,85% em 12 meses - esse último número é o que entra na fórmula de reajuste. Já o **PIB** de 2022 cresceu 2,9%. Com base nesses parâmetros, o economista-chefe da Warren investimentos, Felipe Salto, calculou o valor que o salário mínimo pode ter a partir de janeiro.

O governo, porém, não é obrigado a seguir estritamente a regra, caso queira conceder um aumento maior. Foi o que aconteceu neste ano, por exemplo - os R\$ 1.320 que foram definidos ficaram além do que determinava a regra então em vigor. Assim, pode cancelar o valor de R\$ 1.421 que consta da proposta de Orçamento.

O valor do salário mínimo também é o piso de benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social), incluindo o **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**, voltado para idosos e pessoas de baixíssima renda sem amparo familiar. Ele serve de base, ainda, para outros indicadores econômicos e pagamentos previstos em lei. Entre eles, estão o abono do Pis/Pasep, pago uma vez por ano a trabalhadores formalizados com ganho de até dois salários mínimos mensais, e o seguro-desemprego.

Notícias Relacionadas:

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
Salário mínimo deve subir para pelo menos R\$ 1.412 em janeiro

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2023/12/13/all.pdf>

Prefeitos pressionam para derrubar veto à desoneração

BRUNO NOGUEIRA E ÍGOR PASSARINI

A Confederação Nacional de Municípios (CNM) e a Associação Mineira (AMM) estão pressionando deputados e senadores para derrubar o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) ao Projeto de Lei nº 334, que prevê a desoneração da folha de pagamento. Os parlamentares devem apreciar a matéria em sessão conjunta nesta quinta-feira. "Estamos alertando as prefeitas e os prefeitos mineiros desde o início deste mês, para que acionem seus senadores e deputados federais sobre a importância da derrubada do veto", declarou o presidente da AMM e prefeito de Coronel Fabriciano, Marcos Vinicius Bizarro (sem partido).

O texto foi vetado na íntegra por Lula, mas a medida recebeu críticas de parlamentares do centrão, incluindo o presidente do Congresso, senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG). A desoneração custa R\$ 9,4 bilhões por ano aos cofres públicos, mas quem defende a proposta argumenta que ela é fundamental para a sobrevivência dos setores que mais empregam no país.

O movimento municipalista defende, principalmente, o trecho que estabelece a redução de 20% para 8% da alíquota patronal recolhida pelas prefeituras ao Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Segundo a CNM, a medida beneficia ao menos 5.366 municípios do Brasil e a desoneração de 60% da alíquota pode representar uma economia de R\$ 11 bilhões por ano às prefeituras. Minas Gerais, por exemplo, conseguiria economizar R\$ 1,3 bilhão, de acordo com cálculos da confederação. "O projeto fala sobre a desoneração na folha de pagamento na contribuição de **INSS**. Manter o veto é um impacto muito negativo porque é dinheiro que poderia estar sendo investido no dia a dia das atividades nos municípios", afirmou Bizarro.

A expectativa é de que o Congresso Nacional derrube o veto de Lula, que impacta diretamente 17 setores da economia que estão incluídos na proposta e vão desde vestuário até a construção civil. Em agosto, o Ministério da Fazenda argumentou que a desoneração seria inconstitucional, uma vez que desde a reforma da Previdência estariam vedadas medidas que reduzissem a arrecadação das aposentadorias.

O governo federal também procura maneiras de

aumentar a arrecadação, na medida em que ainda busca o déficit zero nas contas públicas, defendido pelo ministro Fernando Haddad. O veto foi visto como uma vitória do chefe da Fazenda Nacional, afirmando que apresentaria uma proposta alternativa ao presidente Lula. Na segunda-feira, o mandatário teria dado um aval positivo para a alternativa de Haddad, mas o ministro vai divulgar depois das votações da agenda econômica. "Está toda a agenda bastante conturbada. Muita votação para fazer, mas estou confiante de que vamos votar tudo. Vamos apresentar [a proposta alternativa da desoneração] também, conforme eu havia dito seis meses atrás", disse Haddad, lembrando também que o Congresso Nacional precisa deliberar sobre a **Reforma Tributária**.

Na época do veto, Pacheco disse que o Senado estava aberto a ouvir o ministro da Fazenda, mas fez questão de lembrar que o Congresso já derrubou vetos semelhantes. "O que eu posso afirmar já de muito tempo é que o sentimento do Congresso Nacional é de que a desoneração da folha é algo muito positivo para o país, porque mantém empregos para empresas que têm alta empregabilidade, cuja folha de pagamento impacta muito na despesa e tem uma correlação mais próxima do faturamento da empresa", disse o senador.

A desoneração foi estabelecida por medida provisória ainda durante o governo de Dilma Rousseff (PT), em 2011, tendo sucessivas prorrogações. A proposta quer estender o benefício até 2027, mas caso o veto de Lula não seja derrubado, a medida perde validade na virada de 2023 para 2024.

Em outubro, cerca de 2 mil gestores do Executivo foram à Brasília para pressionar deputados e senadores. "A força mostrada pelo movimento municipalista foi fundamental para a decisão de rejeição das mudanças", disseram as entidades.

PESQUISA SOBRE 13º SALÁRIO

Pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Municípios (CNM) com 4.456 prefeituras em todo o país mostra que 92,9% delas (4.138 prefeituras) afirmaram que os recursos do adicional de 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), obtido este ano, deverão contribuir para o pagamento do 13º

salário dos servidores. Sobre a forma de pagamento do 13º salário, se seria parcela única, ou parcelado, 1.246 municípios informaram que atrasariam a 1ª parcela do 13º (28,6%), outros 2.382 municípios já pagaram (54,6%) e outros 609 (14%) pagariam em dia, até o dia 30 de novembro. Quanto à 2ª parcela, segundo a pesquisa, 229 municípios vão atrasar a 2ª parcela do 13º (9,4%), outros 2.135 Municípios (87,7%) deverão pagar até o dia 20 de dezembro. Sobre o salário do funcionalismo, 119 prefeituras responderam que a folha de pagamento não está em dia (2,7%). No mês de dezembro, 4.278 (96%) afirmaram que o pagamento do funcionalismo está em dia. Já em relação ao pagamento dos fornecedores, 1.969 cidades (44,2%) afirmaram estar em atraso com fornecedores; 2.377 (53,3%) estão em dia.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/12/2023/p1>

Alta dos alimentos puxa inflação de novembro

Pressionada por alimentos e passagens aéreas, a **inflação** oficial do Brasil, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), acelerou a 0,28% em novembro, após marcar 0,24% em outubro. Mesmo assim, a taxa de 0,28% é a menor para o penúltimo mês do ano desde 2018, quando o IPCA teve queda (deflação) de 0,21%, apontam dados divulgados ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O novo resultado ficou levemente abaixo da mediana das expectativas do mercado financeiro. Analistas projetavam variação de 0,29% em novembro. No acumulado em 12 meses, o IPCA desacelerou a 4,68%, abaixo do teto da meta de **inflação** para o ano de 2023 (4,75%). Nesse recorte, a alta dos preços era de 4,82% até outubro.

De acordo com o IBGE, os preços de seis dos nove grupos de produtos e serviços pesquisados subiram em novembro. A maior variação (0,63%) e o principal impacto no IPCA (0,13 ponto percentual) vieram de alimentação e bebidas. O segmento acelerou ante outubro (0,31%). Em novembro, parte do país, incluindo o Sudeste, passou por onda de calor, enquanto o Sul voltou a registrar fortes chuvas. Conforme o IBGE, os fenômenos extremos pressionaram os preços de alimentos diversos, que costumam subir na reta final do ano. "As temperaturas mais altas e o maior volume de chuvas em diversas regiões do país são fatores que influenciam a colheita de alimentos, principalmente os mais sensíveis ao clima, como é o caso dos tubérculos, dos legumes e das hortaliças", disse André Almeida, gerente da pesquisa do IPCA.

A alta de 0,63% em alimentação e bebidas é a maior para meses de novembro desde 2020 (2,54%). "Historicamente, a gente observa alta nos preços dos alimentos mais para o final do ano. Agora, no mês de novembro, a gente teve ondas de calor e volume de chuvas bem intensas em regiões produtoras. Esses fatores contribuíram para a alta dos preços nesses produtos", afirmou Almeida. A alimentação no domicílio, que integra o cálculo de alimentação e bebidas, subiu 0,75% em novembro. Houve impacto dos avanços dos preços da cebola (26,59%), da batata-inglesa (8,83%), do arroz (3,63%) e das carnes (1,37%).

Do lado das quedas, os destaques foram o tomate (-6,69%), a cenoura (-5,66%) e o leite longa vida (-

0,58%). No caso do tomate, Almeida disse que o calor acelera a maturação, o que força os produtores a disponibilizarem oferta maior no mercado, aliviando os preços. A alimentação fora do domicílio (0,32%), por sua vez, desacelerou em relação a outubro (0,42%).

Passagens

O IPCA também foi pressionado pelos grupos habitação (0,48%) e transportes (0,27%) no mês passado. Os segmentos contribuíram com 0,07 ponto percentual e 0,06 ponto percentual, respectivamente. Em habitação, houve influência de reajustes aplicados por concessionárias de serviços públicos, disse o IBGE. A energia elétrica residencial, por exemplo, fechou o mês com avanço de 1,07%. No grupo dos transportes, a alta de 0,27% foi puxada pelo aumento da passagem aérea, que subiu 19,12%. O bilhete foi o subitem com a maior contribuição individual no IPCA de novembro (0,14 ponto percentual). Almeida lembrou que a passagem costuma ser pressionada pela demanda maior na reta final do ano. Segundo o pesquisador, um movimento semelhante ocorreu com os preços de subitens como transporte por aplicativo (3,42%), hospedagem (2,17%) e pacote turístico (2,09%), que também ficaram mais caros em novembro. O mês passado teve o registro de feriados. Esses períodos costumam estimular a procura por serviços turísticos.

Gasolina

No grupo dos transportes, da gasolina caiu 1,69%, causando um impacto de -0,09 ponto percentual no IPCA de novembro. Foi a maior contribuição de um subitem pelo lado das quedas. Ou seja, o combustível ajudou a frear a **inflação**. Segundo Almeida, a gasolina pode ter sido influenciada pela redução dos preços nas refinarias da Petrobras na segunda metade de outubro.

Outro fator que ajudou a conter o IPCA, apontou o pesquisador, foi a Black Friday. Os descontos teriam freado os preços de bens diversos, incluindo vestuário, eletrônicos e produtos de higiene pessoal. O aparelho telefônico caiu 2,68%, o perfume baixou 2,49%, e o computador pessoal recuou 2,22%, por exemplo. "A gente observou promoções antes da Black Friday, na própria Black Friday e até depois", disse Almeida.

Meta

O IPCA serve como referência para o regime de metas de **inflação** do BC (Banco Central). No acumulado de 2023, o centro da medida perseguida pela autoridade monetária é de 3,25%. A tolerância é de 1,5 ponto percentual para mais (4,75%) ou para menos (1,75%). Ou seja, a meta será cumprida se o IPCA ficar dentro desse intervalo até dezembro.

NOVO MÍNIMO

O salário mínimo de 2024 deve ser de ao menos R\$ 1.412, segundo perspectivas do mercado financeiro, que consideram a **inflação** de 12 meses acumulada até novembro, divulgada pelo IBGE ontem. O valor atual é de R\$ 1.320. O valor final do salário mínimo, que também é o piso de benefícios previdenciários e assistenciais pagos pelo **INSS**, ainda precisa ser oficializado pelo governo para começar a valer e vai servir de base para outros indicadores econômicos. o Cálculo leva em conta o INPC de 3,85% em 12 meses.

Site:

<https://digital.em.com.br/estadodeminas/13/12/2023/p1>

De "boa-fé" o inferno está cheio (Editorial)

Em resolução baixada em agosto, a Superintendência Nacional de **Previdência Complementar** (Previc) tornou mais difícil a punição administrativa de dirigentes de fundos de pensão por irregularidades na gestão dos recursos destinados ao pagamento de aposentadorias privadas a seus participantes. Ao estipular que qualquer medida tomada "de boa-fé" pelos administradores será considerada um "ato regular", a Previc reveste de critérios subjetivos uma fiscalização que exige a adoção de parâmetros unicamente objetivos.

Como mostrou reportagem do Estadão, há cerca de quatro meses, poucos dias depois de a resolução entrar em vigor, 34 ex-gestores dos fundos de pensão da Petrobras (Petros) e da Vale (Valia) acusados de irregularidades na gestão pediram adiamento de julgamento na Câmara de Recursos da **Previdência Complementar**. Eles respondem pela aplicação de recursos das fundações que administravam no malfadado FIP Sondas, o fundo de investimentos que ajudou a custear a também fracassada Sete Brasil, iniciativa das gestões lulopetistas para bancar a utópica ideia de construir no País todos os equipamentos para a exploração de petróleo na região do pré-sal.

Em recuperação judicial desde 2016, com dívida superior a US\$ 19 bilhões, a Sete Brasil corre sério risco de falência.

Já os ex-administradores dos fundos de pensão procuram uma forma de inviabilizar as penalidades por infrações verificadas pelos órgãos de controle.

Não bastasse apenas isso para comprovar o caráter viciado da resolução da Previc, pesa contra a medida o fato de ser de autoria de Danilo Martins, ex procurador-chefe afastado da entidade por medida cautelar, durante investigação na Procuradoria-Geral Federal (PGF). O processo, que tramita sob sigilo no âmbito da Advocacia-Geral da União (AGU), deriva de denúncias de procuradores da Previc que alegaram terem sido coagidos a descumprir trâmites legais para que a resolução fosse aprovada pelo colegiado.

Trata-se de mais um caso de afronta despuorada aos padrões básicos de governança travestida de "medida legal".

O artigo 230 da dita resolução não deixa dúvidas quanto à possibilidade de encobrir eventuais irregularidades, ao dizer que "a conduta caracterizada

como ato regular de gestão não configura infração" para, em seguida, descrever como "ato regular de gestão (...) aquele praticado por pessoa física de boa-fé". É a primeira referência de uma lista de fatores, como capacidade técnica e diligência, entre outros.

Ora, beira o absurdo o argumento de que somente serão considerados ilegais e lesivos os atos de administradores feitos com intenção comprovada de prejudicar as finanças dos fundos de pensão e de seus beneficiários. Ainda mais bizarra é a decisão ter partido da entidade que tem como principal atribuição o controle dos riscos que possam comprometer os objetivos e a segurança econômico-financeira e atuarial das entidades, como explicita, no texto, a própria resolução.

Mais de 250 entidades privadas de previdência atuam no Brasil, a grande maioria ligada a empresas privadas.

Mas as três maiores em volume de investimentos são patrocinadas por estatais: Previ (Banco do Brasil), Petros (Petrobras) e Funcef (Caixa). Se o critério de classificação for a quantidade de participantes ativos, o Postalís (Correios) se junta ao grupo. Frequentemente é usado o argumento de que os fundos são privados, não são estatais e, por isso, não atendem a recomendações do governo. Sabe-se que em tese a alegação é verdadeira, mas na prática, nem tanto: a utilização dos fundos de estatais no financiamento a projetos de governo é comum.

Fundos de pensão são investidores em projetos de infraestrutura em qualquer lugar do mundo. A austeridade de gestão, contudo, é um princípio básico para resguardar os participantes que buscam, com os anos de contribuição, complementar o benefício do **INSS**. A Previc tem o dever de fiscalizar essas operações, de forma rigorosa e sem margem para interpretação dúbia ou subjetiva, que livre de punição os maus gestores, como aqueles que fizeram investimentos temerários em projetos megalomaniacos dos governos petistas.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercados querem cesta básica única em texto da reforma

MARIANA CARNEIRO

Às vésperas da segunda votação da **reforma tributária** na Câmara do Deputados, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) intensificou a pressão para que seja retirado do texto o trecho aprovado no Senado que cria a cesta básica estendida - que é uma versão ampliada da cesta básica nacional e que, ao contrário da original, não será isenta de tributação, mas terá um desconto de 60% na alíquota-padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

Segundo o presidente da Abras, João Galassi, o setor defende a manutenção da cesta básica com isenção total de tributação.

O temor do varejo é de que produtos que hoje são isentos de **tributos** federais (PIS e Cofins) saiam da cesta básica nacional, mais restrita, e passem a recolher **impostos** na versão estendida, como é o caso das carnes.

"Só deveria haver uma cesta: a cesta básica nacional de alimentos isentos. Isso deixa claro para a população a informação de que o produto que está na cesta está isento", diz Galassi.

Os produtos que vão compor a cesta básica nacional serão objeto de projeto de lei complementar, a ser debatido provavelmente no ano que vem no Congresso. É nesta etapa que se prevê a forte pressão do setor privado para entrar na lista de produtos considerados essenciais.

Galassi afirma, porém, que os alimentos para consumo humano e os produtos de limpeza que não estiverem na cesta básica já terão desconto de 60%, uma vez que o texto aprovado na Câmara e referendado pelo Senado prevê esse desconto. Nos produtos para saúde menstrual, o desconto será de 100%.

"Não há necessidade de criar essa confusão de duas cestas. Só há uma cesta e ela é isenta. Clareza para a população é tão importante quanto os produtos que estarão na cesta básica isenta - para não criar a ilusão de produtos que estão na cesta básica, mas na verdade não são isentos." Na sexta-feira, o relator da reforma na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), disse que o tema será avaliado.

"Quando optamos por uma cesta nacional, foi para ter uma cesta de fato básica e que zere (as alíquotas)", disse, indicando que este ponto pode ser suprimido na segunda votação na Câmara.

Duas categorias

Pelo projeto, há uma cesta básica, isenta de **tributos**, e uma estendida, com 60% de desconto na alíquota

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Mercado projeta novo corte de 0,5 ponto para Selic

DANIEL TOZZI MENDES, MARIANNA GUALTER e CÍCERO COTRIM

O mercado aposta em novo corte de 0,5 ponto porcentual da taxa básica de juros, para 11,75% ao ano, na reunião que termina hoje do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. E a avaliação dos analistas é de que esse ritmo de redução deve ser mantido nos próximos encontros do colegiado, segundo pesquisa do Projeções Broadcast.

De 57 instituições ouvidas, 51 (89%) esperam cortes sequenciais de 0,5 ponto nos juros até a reunião de março de 2024. Outras cinco casas (9%) veem aceleração dos cortes para 0,75 ponto nesse período, sendo que três projetam essa aceleração já para janeiro e duas, a partir da reunião de março.

A previsão do mercado indica que a Selic chegará a 9,5% no fim desse ciclo de cortes.

Para o economista-chefe do Banco ABC Brasil, Daniel Xavier, por exemplo, desde a última reunião houve melhora tanto no cenário de inflação doméstico quanto no internacional.

I

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação tem alta de 0,28%, a menor para o mês desde 2018

DANIELA AMORIM

Os aumentos nos preços das passagens aéreas e dos alimentos puxaram a ligeira aceleração da **inflação** oficial no País no mês passado. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) passou de uma alta de 0,24% em outubro para 0,28% em novembro. O resultado, porém, foi o mais baixo para o mês desde 2018, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A taxa acumulada de **inflação** em 12 meses arrefeceu para 4,68% em novembro, ou seja, dentro do intervalo da meta perseguida pelo Banco Central, de 3,25%, com teto de tolerância de 4,75%.

A **inflação** de novembro mostrou pressões sazonais, características dessa época do ano, mas foi contida de forma significativa pela queda no preço da gasolina, com contribuição também das promoções da Black Friday, explicou André Almeida, gerente do Sistema Nacional de Índices de Preços no IBGE.

A alta de 19,12% nas passagens aéreas - com impacto de 0,14 ponto percentual, o equivalente à metade do IPCA do mês - foi parcialmente compensada pelo alívio advindo da queda de 1,69% no preço da gasolina - contribuição de -0,09 ponto percentual.

Em novembro, três dos nove grupos de bens e serviços investigados no IPCA registraram deflação. O consumidor gastou menos com artigos de residência, vestuário e comunicação.

Houve recuos de preços relevantes nos perfumes, aparelho telefônico, equipamentos eletroeletrônicos e de informática, televisores e roupas.

Segundo o IBGE, a apuração do IPCA do mês detectou promoções aplicadas por causa do período de campanha da Black Friday, ajudando a segurar o índice de novembro.

"Essas quedas podem estar relacionadas com promoções praticadas pré-Black Friday, durante a Black Friday e até pós-Black Friday", disse Almeida.

"A gente observou quedas nos preços de diversos produtos, desde perfumes, itens de higiene pessoal,

aparelhos telefônicos, televisores, roupas." "O resultado de novembro foi bastante influenciado por essa queda na gasolina", avaliou Almeida. "Lembrando que em 21 de outubro houve redução de 4,09% no preço da gasolina (pela Petrobras) para os distribuidores." Para Andréa Angelo, estrategista de **inflação** da gestora de recursos Warren Investimentos, "a leitura do IPCA de novembro continuou mostrando que a desaceleração da **inflação** continua em curso". Não há nada a se preocupar", disse em comentário, acrescentando que o dado é uma notícia positiva, "dado o momento do mercado de trabalho e o forte desempenho da atividade econômica".

COPOM. O dado de novembro não muda as expectativas para a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central sobre o corte na taxa básica de juros, a Selic (anunciado hoje), disse André Meirelles, diretor de alocação e distribuição da assessoria de investimentos InvestSmart XP. Ele afirmou esperar que a Selic seja reduzida em 0,50 ponto percentual, para 11,75% ao ano.

"A grande expectativa do mercado para a reunião de amanhã (hoje) é sobre o **comunicado**, que deve trazer a sinalização do Copom para as próximas reuniões", afirmou Meirelles, em comentário, acrescentando que a dúvida é se o comitê manterá o ritmo de cortes subsequentes em 0,5 ponto percentual ao se pode aumentá-los para 0,75 ponto percentual.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Inflação controlada (Editorial)

O cumprimento da meta inflacionária em 2023 está praticamente garantido com a leve alta de 0,28% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) em novembro, como divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Depois de dois anos extrapolando a meta, a **inflação** parece ter afinal arrefecido, algo a ser celebrado num ano marcado por sucessivos avanços e retrocessos na condução da economia e pela intensa queda de braço entre Planalto e Banco Central (BC) em torno da política de juros.

Apesar da pressão no preço dos alimentos, resultado direto dos problemas climáticos que castigaram regiões agrícolas com chuvas intensas, o IPCA de novembro ficou um pouco abaixo do previsto e, em 12 meses, a taxa acumulada ficou em 4,68%, abaixo do teto da meta, de 4,75%. Somente uma explosão inflacionária em dezembro seria capaz de tirar do eixo o controle inflacionário, o que não deve ocorrer. O ano de 2023, portanto, deixou de ser uma preocupação. O grande desafio agora é 2024, cercado de incertezas em relação à manutenção do ciclo de queda de juros iniciado em agosto.

As expectativas poderiam ser melhores. Afinal, vitórias importantes da equipe econômica no Congresso Nacional, como a aprovação do novo arcabouço fiscal e da primeira etapa da **reforma tributária**, deveriam dar uma base segura à política monetária, mantendo preços sob controle e propiciando o afrouxamento dos juros. Mas é justamente aí que sinais emitidos muitas vezes pelo próprio governo tornam duvidoso o cenário para o ano que vem. A meta fiscal zero estipulada no arcabouço pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que já era pouco crível para o mercado, foi desmoralizada pelo próprio presidente Lula da Silva.

Para a implementação do novo modelo fiscal, que iniciará 2024 sob os efeitos do ceticismo do presidente, o governo terá de achar um caminho para eliminar tensões, uniformizar o discurso e fazer valer o conceito de responsabilidade fiscal.

Mas, ao que parece, não é essa a prioridade de Lula, mais preocupado em rastrear recursos para custear as obras de seu "novo PAC", especialmente em ano de eleições, mesmo que municipais.

O ano termina com bons resultados econômicos, a despeito de todas as dificuldades, resultado de uma contribuição excepcional do setor agropecuário que, no cenário doméstico, puxou períodos de deflação dos

alimentos, o que garantiu em grande parte a manutenção do consumo das famílias.

Nas contas externas, foi essencial para os bons saldos da balança comercial. Não há certeza de que 2024 consiga repetir as supersafras obtidas neste ano, principalmente por conta da crise climática.

Neste ano, o Banco Central não terá de escrever ao Ministério da Fazenda a carta de justificativa com os motivos de não ter cumprido sua função de garantir a manutenção da **inflação** dentro da meta. Já 2024 é uma grande incógnita.

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Relator da LDO cede e derruba inclusão do Sistema S no Orçamento

VICTORIA ABEL, GERALDA DOCA, ALVARO GRIBEL E GABRIEL SABÓIA

O relator do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União- CE), decidiu ontem retirar alterações feitas no texto após conversas com integrantes do governo e reunião com líderes na Câmara dos Deputados, incluindo o presidente, Arthur Lira (PP-AL). A LDO dá as bases do Orçamento do ano que vem, que também não foi votado até agora.

Forte derrubou a inclusão do Sistema S dentro do Orçamento, o que estava previsto no relatório, e a obrigatoriedade do empenho (ordem de pagamento) de emendas de comissão - que hoje não têm pagamento compulsório. O valor direcionado para as rubricas, porém, está mantido em cerca de R\$ 11 bilhões.

O relator da LDO havia decidido, na semana passada, incluir a verba destinada ao Sistema S no Orçamento.

Até ontem, o relator estava disposto a seguir em frente com a medida, alegando que o objetivo era dar transparência e controle aos recursos.

Só neste ano, foram repassados ao Sistema S R\$ 26 bilhões, segundo o relator.

IMPACTO NO ARCABOUÇO Para o governo, isso era um problema porque as receitas e despesas do Sistema S seriam incluídas dentro dos cálculos orçamentários da União. Os gastos das empresas do sistema entrariam também nas contas do arcabouço fiscal, diminuindo a margem para a meta fiscal de déficit zero que o governo busca. O entendimento de técnicos é que a transferência da verba consumiria espaço dentro da regra, levando a cortes em outras áreas. Por isso, o governo quer manter o Sistema S fora do Orçamento.

A inclusão do sistema no Orçamento da União também poderia ser ruim para as empresas, já que as receitas poderiam ser contingenciadas e alvo de órgãos de controle.

A medida gerou forte reação das empresas que integram o Sistema S. Elas alegaram que os recursos têm natureza privada, conforme já decidiu o Supremo

Tribunal Federal (STF).

Integrantes do Tribunal de Contas da União (TCU) avaliaram de modo reservado que a medida seria inconstitucional.

O entendimento é de que é possível dar maior transparência aos recursos por lei e não incluir a verba no Orçamento público.

O relator estimou entre R\$ 30 bilhões e R\$ 40 bilhões para o Sistema S no próximo ano.

O Sistema S é um conjunto de empresas voltadas para treinamento profissional, assistência social, consultoria e pesquisa, como Sebrae, Sesc, Senac e Senai.

Em nota divulgada antes da decisão de Forte, o Sebrae disse que a vinculação do orçamento do Sistema S ao Orçamento Fiscal da União seria considerada inconstitucional pela entidade.

"Contingenciar recursos do Sebrae é tirar dinheiro dos pequenos. Somos uma entidade estratégica e importante para impulsionar o empreendedorismo, que engloba grande parcela da população e representa 94% dos CNPJs abertos no país, ao mesmo tempo em que representa 30% do **PIB**", disse a nota de Décio Lima, presidente do Sebrae Nacional.

Em outra frente, a análise da medida provisória (MP) que retoma a tributação de empresas que têm benefícios de ICMS para custeio foi novamente adiada no Congresso Nacional ontem.

A previsão era de o texto ser apresentado pela comissão que analisa o tema, depois de ter sido adiada na semana passada. Ainda não há acordo para o assunto.

A proposta pode render mais de R\$ 35 bilhões aos cofres da União. De acordo com o líder do governo Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ligou para líderes e convenceu alguns deles sobre o voto sim. Essa é a principal medida de Haddad para atingir o déficit zero no ano que vem. Ele reconhece, porém, que ainda há discordâncias em relação ao mérito.

-O problema ainda é em relação ao mérito. Ainda é necessário esclarecimentos.

Por mais que seja adiado, por mais tensão que se tenha, não acredito que terminaremos o ano sem votar essa medida provisória. E temos o compromisso do presidente Rodrigo Pacheco de deixar o Senado funcionando o quanto for necessário.

EMENDAS PARLAMENTARES O mesmo texto também deve incluir mudanças nos Juros sobre Capital Próprio (JCP), modalidade de distribuição de lucros de acionistas em grandes empresas.

Inicialmente, a expectativa era de R\$ 10 bilhões de ganho, mas o texto vem sendo modificado. Ainda não há nova estimativa de arrecadação com base no escopo revisto do projeto.

Nos bastidores, fala-se que o texto não irá à frente enquanto o governo não cumprir acordos no que diz respeito à análise dos vetos do presidente Lula a projetos aprovados pelo Congresso, como a alteração nas regras do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** e o novo arcabouço fiscal.

Líderes que conversaram com O GLOBO sob sigilo também afirmaram que o governo precisará fazer um esforço de articulação e pagar o montante de emendas parlamentares devidas de anos anteriores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Parlamentares defendem derrubar veto à desoneração amanhã

GERALDA DOCA E VICTORIA ABEL

Deputados e senadores defendem derrubar, em sessão do Congresso Nacional amanhã, o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto de lei que prorroga até 2027 a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores da economia que mais empregam no país. Entidades empresariais e sindicatos ressaltam que a desoneração é importante para a geração e manutenção de emprego e renda.

O texto foi aprovado pelo Congresso em outubro e vetado em novembro.

O senador Efraim Filho (União-PB) usou a tribuna do Senado ontem para pedir ao presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que pautе o veto à desoneração da folha.

Em resposta, Pacheco confirmou que o item estará na pauta na sessão amanhã: -Senador Efraim Filho, a sessão do Congresso Nacional está mantida para as 10h da manhã de quinta-feira para a apreciação de PLNs (projetos de lei do Congresso Nacional) e dos vetos, inclusive do veto referidos por Vossa Excelência.

Efraim Filho, que é autor do projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento, destacou o impacto da medida no mercado de trabalho: -É importante deixar muito claro o que significa reonerar os setores que estão hoje contemplados. Significa elevar o custo do emprego. Vai tornar mais caro contratar, vai tornar mais caro manter os empregos. Há setores que não suportarão e restarão a eles duas alternativas. Uma delas, mais cruel, é demitir. A outra, que não é muito diferente, é substituir mão de obra pela automação, pelos robôs, pela inteligência artificial.

Ele afirmou que o veto está gerando enorme insegurança jurídica, que as empresas estão com o freio de mão puxado e adiaram a decisão de novas contratações e investimentos.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, já disse que apresentará uma proposta alternativa à desoneração depois da aprovação da **Reforma Tributária**. Os deputados e senadores, porém, reafirmaram a importância de derrubar o veto agora e

discutir uma eventual proposta da Fazenda depois.

-O tempo é escasso, o prazo é exíguo. Vamos derrubar o veto para, em 2024, discutir a proposta que o governo ficou de apresentar. Durante dez meses, o Ministério da Fazenda viu o projeto tramitar e foi omisso - comentou Efraim Filho.

A proposta de desoneração da folha substituiu a contribuição previdenciária patronal de empresas de setores que são grandes empregadores, de 20%, por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

Essa troca diminui custos com contratações para 17 setores, como têxtil, calçados, construção civil, call center, comunicação, fabricação de veículos, tecnologia e transportes.

Os segmentos são responsáveis por gerar cerca de 9 milhões de empregos formais.

Sem a prorrogação, a desoneração da folha de pagamentos terminaria no fim deste ano.

Parlamentares ressaltam que a medida respeita a Constituição.

Pareceres da Câmara e do Senado já atestaram que o projeto é constitucional, assim como o Supremo Tribunal Federal (STF), em um voto de 2021 do então ministro Ricardo Lewandowski.

- Estamos mobilizados para derrubar o veto - afirmou a deputada Any Ortiz (Cidadania-RS), relatora do projeto na Câmara.

CORPO A CORPO O presidente da Frente Parlamentar do Empreendedorismo, deputado Joaquim Passarinho (PL-PA), disse que intensificou nos últimos dias a articulação para a derrubada do veto. Ele afirmou que tem mantido conversas com líderes dos partidos e com outras frentes temáticas, e pediu que representantes dos setores que podem ser prejudicados façam corpo a corpo no Congresso.

-Muitos parlamentares da base votaram e vão votar conosco - disse o parlamentar.

-Estou conversando com todo mundo, com os partidos e com as frentes parlamentares.

Segundo ele, a manutenção do veto pode resultar em um custo elevado para o próprio governo por causa das demissões.

Estudo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) mostra que, de 2018 a 2022, os setores que permaneceram com a folha desonerada tiveram crescimento de empregos de 15,5%, enquanto os que tiveram a folha reonerada cresceram apenas 6,8% no período. Houve também aumento dos salários dos trabalhadores de áreas que contaram com o benefício.

- A grande expectativa é derrubar o veto. Estamos trabalhando para conseguir o maior número possível de votos - afirmou o deputado Angelo Coronel (PSD-BA), relator do projeto no Senado.

Durante a tramitação do projeto, foi inserida a redução de alíquotas (de 20% para 8%) na contribuição previdenciária para municípios com menos de 156 mil habitantes.

A prorrogação da desoneração foi aprovada por ampla maioria. Na Câmara, foram 430 votos a favor e apenas 17 contra. No Senado, a votação foi simbólica.

Em pronunciamento ontem, o senador Jorge Kajuru (PSB-GO) - um dos vice-líderes do governo no Senado - defendeu a derrubada do veto.

- O ano de 2024 está logo ali. Assim, considero que o mais racional é a manutenção do que foi aprovado pelo Congresso, com a derrubada do veto presidencial.

Nessas circunstâncias, não creio que o Parlamento possa ser criticado por defender medida que troca a base tributária de empresas e estimula a criação de postos formais de trabalho.

"Senador Efraim Filho, a sessão do Congresso Nacional está mantida para as 10h da manhã de quinta-feira para a apreciação de PLNs (projetos de lei do Congresso Nacional) e dos vetos, inclusive do veto referido por Vossa E_xcelência" Rodrigo Pacheco (PSD-MG), presidente do Senado

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula fala em endividamento maior para Brasil crescer

RENAN MONTEIRO E BRUNO GÓES

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva defendeu ontem a possibilidade de o país se endividar mais para ter crescimento econômico e apontou a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e o equilíbrio fiscal como obstáculos a serem superados.

Segundo o petista, é preciso "arrumar dinheiro" para fazer investimentos "na hora certa", o que não aconteceu em décadas do passado. Em reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS), o chamado "Conselhão", Lula disse ainda que é preciso pensar o que se quer para o país "nos próximos dez anos": -Se for necessário o país fazer um endividamento para crescer, qual é o problema?

O presidente disse que é preciso um "salto de qualidade": -Nós temos o caminho das pedras, temos que decidir agora se vamos retirar essas pedras ou não. Ou se a gente vai chegar à conclusão de que, "olha, por um problema da Lei de Responsabilidade Fiscal, de superávit primário, de inflação, a gente não poder fazer". E vamos todo mundo desanimar, voltar pra nossa vidinha, sendo que é um ano ganha, um ano perde. A massa salarial de hoje é menor que de 2010. É um retrocesso.

Mais cedo, em encontro com governadores, Lula cobrou maior pressão sobre o chefe do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, para a aceleração da queda da taxa básica de juros, a Selic, que está em 12,25%: -Temos que mexer com o coração do presidente do Banco Central, "reduz um pouco o juro, que as pessoas estão querendo tomar dinheiro emprestado".

Os governadores podem ajudar, fazer pressão.

DECISÃO DO COPOM SAI HOJE

O BC iniciou o ciclo de corte da Selic em agosto. Desde então, a taxa caiu de 13,75% para 12,25%. A expectativa é que o Comitê de Política Monetária (Copom) anuncie hoje um novo corte de 0,50 ponto percentual, o que levaria a Selic a terminar o ano em 11,75%.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, também

voltou a cobrar uma redução mais acentuada na Selic, e avaliou que o ano de 2024 deve seguir com indicadores positivos.

-Nós devemos terminar o ano com quase 2 milhões de empregos gerados no Brasil e não temos nenhuma razão para acreditar que o ano que vem será pior - disse. - A taxa de juros começou a cair poucos meses atrás e ainda temos gordura na política monetária.

Nossa taxa real está muito distante do segundo colocado (no mundo) - completou Haddad, que também participou de plenária do Conselhão.

EMPRÉSTIMOS A ESTADOS Durante o evento com governadores, o presidente Lula também disse que uma das funções dos bancos públicos deve ser garantir empréstimos para estados e municípios e patrocinar investimentos nos entes federativos: - A orientação é essa: prefeito não é bandido, governador não é bandido. Se ele tiver as contas em dia, ele tem direito sim de ir ao banco e pedir o financiamento, e o banco financiar.

Juntos, BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil liberaram R\$ 56,4 bilhões em empréstimos para estados e municípios em 2023, superando a soma dos quatro anos anteriores.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Lula defende "mexer com o coração" de Campos para reduzir Selic

Fabio Murakawa e Jessica Sant Ana De Brasília

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que é preciso "mexer com o coração do presidente do Banco Central", Roberto Campos Neto, para que ele baixe mais os juros no ano que vem. Lula também pediu que os governadores pressionem o executivo nesse sentido.

O presidente fez o apelo ao discursar em evento sobre a liberação de recursos de bancos públicos para obras em Estados e municípios, no Palácio do Planalto. "Nós temos que mexer com o coração do presidente do BC: "Reduz um pouco o juro, gente". Os governadores têm que fazer pressão", pediu.

A fala de Lula ocorre depois de uma tentativa de aproximação entre ele e Campos mediada pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. A "trégua retórica" ocorreu após meses de críticas de Lula à atuação do BC e em meio ao início do ciclo de flexibilização da política monetária.

A taxa Selic atingiu 13,75% em agosto de 2022 e permaneceu assim até agosto deste ano. A partir de então, houve quedas paulatinas de 0,5 ponto percentual nas últimas três reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom), até chegar aos atuais 12,25%.

No evento, antes de Lula discursar, o ministro da Casa Civil, Rui Costa, também pediu que o BC reduza a taxa de juros.

"Os pessimistas apontavam uma alta do **PIB** para este ano de 1%, e nós vamos crescer 3%", disse. "Se o BC ajudar com redução mais acelerada da queda de juros, nós vamos melhorar a vida das pessoas [em 2024]." Apesar das críticas de Lula e de seu entorno, parte dos economistas defendia a manutenção do patamar elevado dos juros devido ao fato de que as projeções de **inflação** se encontravam acima do teto da meta estipulada pelo próprio governo.

Além das menções ao BC, Lula voltou a defender que o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atue como vetor de crescimento da economia, com financiamento para obras. "É preciso mudar a palavra "gasto". Ela não pode ser utilizada com "eu vou gastar numa estrada". Não é gasto, é

investimento", afirmou.

Ele disse que o BNDES é parte preponderante do desenvolvimento e do crescimento do país. "É para isso que existe banco público. É para fazer aquilo que muitas vezes a iniciativa privada não pode fazer", disse o presidente. "Prefeito não é bandido, governador não é bandido, se tiver as contas em dia, tem direito de ir ao banco pedir para financiar", afirmou.

Lula disse, ainda, que o dinheiro do BNDES não é para ser devolvido para o Tesouro Nacional. "Na verdade, dinheiro do BNDES é para ir para empresário que quer gerar emprego e pagar salário", disse. "E não pensem que vai ficar só nisso, não. Se o Tesouro não tiver dinheiro [para novos projetos], o BNDES vai pagar", acrescentou.

O presidente defendeu que nem tudo que se investe em custeio é gasto, porque "senão, a gente fica amarrado no conceito de estabilidade fiscal".

"Eu luto pela estabilidade fiscal, mas eu quero estabilidade social. E estabilidade social a gente consegue com geração de emprego", afirmou.

Sobre os investimentos dos bancos públicos, Lula disse desejar que eles se transformem em obras como forma de gerar dinheiro. No evento, ele anunciou financiamentos de R\$ 10 bilhões para São Paulo para obras no metrô e a implantação de um trem de média velocidade entre a capital paulista e Campinas. Apoiador do ex-presidente Jair Bolsonaro, o governador Tarcísio de Freitas (PL) estava presente no evento.

Site: <https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187739>

"Mesmo que Fed dê espaço, BCs da AL não vão cortar juros profundamente"

Augusto Decker De São Paulo

O processo de redução das taxas de juros na América Latina terá condições de continuar no próximo ano, mas as condições monetárias devem permanecer restritivas na região. A intensidade da dinâmica de redução dos níveis de aperto nos emergentes, porém, dependerá da condução dos juros pelo Federal Reserve (Fed), projeta o economista-chefe para mercados emergentes do J.P. Morgan, Jahangir Aziz. Para ele, os bancos centrais dos emergentes terão mais facilidade em reduzir os juros caso o Fed antecipe o início do ciclo de flexibilização monetária.

"Mesmo que o Fed dê esse "espaço" e que a desinflação na América Latina continue, eu não vejo os bancos centrais da região cortando os juros profundamente. E isso vem da cultura dos emergentes, porque nós sempre tememos que a **inflação** esteja próxima", defende o economista em entrevista ao Valor. Aziz, inclusive, observa que os cortes de juros nos emergentes não devem ser mais intensos do que a desinflação em 2024, o que aponta para uma tendência de elevação dos juros reais e de condições financeiras mais apertadas do que os níveis vistos neste ano.

No cenário-base do J.P. Morgan, a Selic deve encerrar o próximo ano em 9,5%, enquanto a **inflação** deve ficar em 3,5%, o que indicaria um juro real ex-post de 6%. A política monetária, assim, permaneceria no campo contracionista no próximo ano, ao se observar que o Banco Central, por exemplo, trabalha em seus modelos com um juro real de equilíbrio de 4,5%.

Embora a política monetária americana influencie os mercados emergentes, o executivo vê o impacto do dólar como maior do que o dos juros americanos em 2024, ainda que os dois estejam ligados. Para Aziz, o diferencial de crescimento entre os EUA e a Europa deve ajudar a definir o rumo do dólar. Os americanos vinham levando vantagem nessa comparação, mas o economista acredita que os europeus podem reverter a tendência no ano que vem em razão da desaceleração dos EUA.

"Se isso acontecer, acreditamos que, na segunda metade de 2024, o euro vai apreciar em relação ao dólar para cerca de US\$ 1,15", diz. Para Aziz, com o euro nessa faixa, o dólar tende a depreciar

globalmente, o que ajudaria os emergentes.

Ao observar o diferencial de crescimento como um fator determinante para a dinâmica dos mercados de câmbio, Aziz nota que, no cenário básico do J.P., os países emergentes devem registrar no próximo ano um crescimento econômico parecido com o de 2023. Mesmo assim, ele afirma que os fatores externos podem representar alguma dificuldade a esse cenário.

"Em 2024, o crescimento dos EUA vai ser menor do que em 2023, independentemente de haver pouso suave ou não", projeta o economista. A resiliência, diz, viria principalmente do setor privado nos países emergentes, em que a poupança ainda é forte.

O executivo, porém, destaca que, se os EUA alcançarem um "pouso suave" na economia e se o Fed fizer um corte considerável nos juros, os mercados emergentes podem ter um desempenho melhor que o projetado pelo J.P. Morgan.

Nesse contexto, Aziz acredita que os cortes de juros no Brasil, que tiveram início em agosto, devem dar apoio à atividade econômica. "Acho que o corte de juros que já aconteceu vai influenciar o crescimento de 2024", diz.

Já em horizontes mais longos, Aziz vê chance de reformas realizadas desde 2016 darem força às perspectivas econômicas do país. Ele afirma, inclusive, que elas "podem melhorar o sentimento empresarial e seu impacto provavelmente será finalmente sentido na economia; o crescimento de médio prazo poderá ganhar um impulso, fazendo com que as pessoas pensem no Brasil de forma mais positiva." Esse cenário, porém, não é certo. "Precisaremos esperar para ver." O economista, aliás, destaca a possibilidade de o Brasil poder se beneficiar da dinâmica de realocação das cadeias de produção, o chamado "nearshoring", na medida em que países ocidentais têm retirado a produção de bens e serviços de algumas localidades, como a China. Esse processo tem ganhado força, especialmente após o início da guerra na Ucrânia, além das disputas comerciais sino-americanas e do acirramento dos atritos entre China e Taiwan.

"Não acho que o mundo vai mudar o centro da cadeia de suprimentos, porque a China é o polo de fabricação

mais barato e eficiente do mundo, mas acredito que um segundo centro será estabelecido, e o Brasil tem um setor de manufatura que pode se aproveitar desse movimento", diz Aziz. Para o economista, esse ponto é positivo. "Após todas as reformas que foram feitas, o país pode substituir a dependência em agricultura e mineração com mais manufatura, mas precisamos esperar para ver."

"Após reformas, Brasil pode substituir a dependência em agricultura e mineração com mais manufatura"
Jahangir Aziz

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187739>

STF garante crédito de ICMS sobre produto da Zona Franca de Manaus

Beatriz Olivon De Brasília

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou válidas normas referentes a benefícios fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus. Foram analisados dois processos no Plenário Virtual e em um deles os ministros garantiram a contribuintes de São Paulo o direito a créditos do ICMS sobre mercadorias adquiridas na região.

Na ação, o Estado do Amazonas questionou autuações fiscais e decisões do Tribunal de **Impostos** e Taxas de São Paulo (TIT) que, com base em normas paulistas, invalidaram créditos de ICMS relativos à aquisição de mercadorias contempladas com incentivos fiscais concedidos na Zona Franca de Manaus (ADPF 1004).

Essas normas editadas pelo governo de São Paulo, de acordo com o processo, não reconhecem a legitimidade de incentivos fiscais relativos ao ICMS concedidos pelo Estado do Amazonas às indústrias instaladas ou que vierem a se instalar na Zona Franca de Manaus, por não ter amparo do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

Em seu voto, porém, o relator do caso, ministro Luiz Fux, destacou que a Constituição Federal dá ao Estado do Amazonas a possibilidade de conceder incentivos fiscais às indústrias na Zona Franca sem exigir a anuência dos demais Estados e do Distrito Federal. E acrescentou que o artigo 15 da Lei Complementar n° 24, de 1975, veda aos entes determinar a exclusão de incentivo fiscal, prêmio ou estímulo concedido pelo governo amazonense.

Assim, segundo o relator, os Estados não poderiam impedir o uso de créditos de ICMS. A maioria dos ministros seguiu o relator. Apenas os ministros Cristiano Zanin e Gilmar Mendes divergiram parcialmente.

A divergência considerou inconstitucional qualquer ato administrativo do governo paulista e do TIT que, com base na ausência de autorização do Confaz, determinem a supressão de créditos de ICMS relativos a mercadorias oriundas da Zona Franca de Manaus contempladas com incentivos fiscais.

O advogado Igor Mauler Santiago, sócio do Mauler

Advogados e presidente do Instituto Brasileiro de Direito e Processo Tributário (IDPT), destaca que a decisão anula as autuações fiscais que determinaram o estorno desses créditos, assim como as decisões administrativas que as confirmaram. Ainda segundo o advogado, existem casos na esfera administrativa que foram sus pensos em razão do julgamento.

Na segunda ação julgada sobre a Zona Franca de Manaus, o Estado de São Paulo questionava a validade de incentivos fiscais de ICMS - denominados "crédito estímulo" e "corredor de importação". Nesse processo, manteve a alegação de que o Amazonas não poderia conceder benefícios à revelia do Confaz (ADI 4832).

No voto, Fux afirma que, ao tratar do ICMS, a Constituição manteve a exigência de deliberação dos Estados e do Distrito Federal para a concessão de isenções, incentivos e benefícios fiscais relativos ao tributo. Mas, ao mesmo tempo, optou por preservar provisoriamente o regime tributário diferenciado da Zona Franca de Manaus.

O texto diz que deve ser "mantida a Zona Franca de Manaus, com suas características de área livre de comércio, de exportação e importação, e de incentivos fiscais, pelo prazo de vinte e cinco anos, a partir da promulgação da Constituição". O prazo de vigência da regra transitória foi, posteriormente, ampliado em 60 anos.

Por isso, para o relator, não prospera o argumento de São Paulo de que os incentivos fiscais mantidos na Zona Franca de Manaus seriam somente aqueles relativos a **tributos** federais nem de que só seriam admitidos os incentivos já existentes na época da Constituição.

Porém, o relator destacou que os incentivos só poderiam ser concedidos à revelia do Confaz para a Zona Franca de Manaus e, no caso questionado na ação, se aplicam a todo o Estado. Assim, Fux aceitou parcialmente o pedido de São Paulo, para restringir o âmbito de incidência dos benefícios de ICMS às indústrias instaladas ou que venham a se instalar na Zona Franca de Manaus. A decisão foi unânime.

Para o advogado Mauricio Bueno, do escritório HRSA Sociedade de Advogados, o resultado dos julgamentos

não surpreende, considerando o entendimento consolidado do STF de tratar a Zona Franca de Manaus como uma região de tratamento tributário favorecido.

Bueno lembra que o Estado de São Paulo, nesse caso, foi o único que seguiu anulando créditos de ICMS de empresas adquirentes de produtos provenientes da Zona Franca de Manaus e o Tribunal de **Impostos** e Taxas endossou a postura. Com a conclusão do julgamento, as empresas poderão pleitear que o entendimento firmado pelo STF seja aplicado nos seus processos. Para o advogado, não haveria necessidade de aguardar a conclusão (trânsito em julgado) dessas ações, bastando a publicação do acórdão.

"Empresas poderão pleitear aplicação da decisão em seus processos" Maurício Bueno

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187739>

Compensações tributárias, a incerteza para 2024 - LU AIKO OTTA

LU AIKO OTTA

Lu Aiko Otta é repórter especial em Brasília. Escreve às quartas-feiras. E-mail lu.aiko@valor.com.br

Do ponto de vista da equipe econômica, a grande incerteza para as contas públicas em 2024 chama-se compensações tributárias. Trata-se de um bolo de créditos estimado em R\$ 150 bilhões que o governo precisa pagar a empresas.

São direitos adquiridos pelos contribuintes na Justiça, sobre **tributos** federais cobrados indevidamente, e que por isso precisam ser devolvidos. Isso pode ser feito na forma de compensação, ou seja, a empresa os desconta dos valores que tem a pagar à **Receita Federal**.

Nos últimos meses, o valor das compensações tem aumentado. Isso acendeu sinais de alerta no Ministério da Fazenda. Discute-se nos bastidores se há alguma forma de limitá-las ou mesmo de reabrir na justiça a discussão que responde pelo maior volume de créditos: a exclusão do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) da base de cálculo das contribuições PIS/Cofins.

Não há decisão tomada, segundo informou fonte da área econômica. No entanto, a ideia é "lançar luz" sobre o problema.

Segundo dados da Receita, as compensações tributárias em seu conjunto atingiram R\$ 28,8 bilhões em outubro passado. É o maior valor registrado nos últimos dois anos. De janeiro a outubro, a soma chegou a R\$ 207,4 bilhões, ante R\$ 183,7 bilhões registrados em igual período de 2022.

O problema, explicou um integrante da equipe econômica, é que não se sabe quando os contribuintes utilizarão seus créditos. Nem em que quantidade.

Assim, há uma enorme margem de erro para o resultado fiscal do ano que vem.

As compensações não são novidade. A disputa em torno da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/Cofins, conhecida como "tese do século", foi decidida pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em

2017. Mas, devido a embargos de declaração apresentados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), o julgamento só foi concluído em 2021.

Esse tema tem impactado mais fortemente a arrecadação desde o ano passado, informou Maria Andréia dos Santos, sócia do escritório Machado Associados. "Diversas empresas que já tinham habilitado seus créditos antes [de 2021] porque suas ações já tinham transitado em julgado refizeram os cálculos e gerou-se um volume muito maior de créditos remanescentes a serem compensados", informou.

Além disso, a PGFN vinha mantendo processos em andamento, à espera da decisão do STF. Foram destravados em 2021.

Há, inclusive, uma nova etapa de judicialização do tema, disse Santos. A Receita entende que o prazo para utilização dos créditos é de cinco anos a contar do trânsito em julgado. Como a compensação é limitada, algumas empresas não conseguirão usar todo o valor a que têm direito.

Algumas estão entrando na Justiça para, por exemplo, pleitear que o prazo de cinco anos seja considerado para o início do uso do crédito, e não seu esgotamento.

Para Mattheus Montenegro, sócio do Bichara Advogados, não há espaço para o governo rediscutir a "tese do século", uma decisão transitada em julgado há seis anos.

O que a Receita tem feito para limitar as compensações é aperfeiçoar os filtros para, por exemplo, evitar o uso de créditos fraudulentos, informou o subsecretário de Arrecadação, Cadastros e Atendimento, Mario Dehon.

Mesmo sem considerar essa grande incerteza, a situação das contas públicas de 2024 está apertada, como se sabe. Se ainda há chance de zerar o déficit, isso depende da aprovação da MP 1.185, das subvenções. As grandes empresas, que estão contra a MP, intensificam pressões sobre deputados e senadores.

O relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias (IDO) de 2024, deputado Danilo Forte (União-CE), acatou a tese da equipe econômica sobre o piso de crescimento de 0,6% nas despesas. Com isso, prevaleceu na prática a ideia de limitar o contingenciamento de despesas a R\$ 23 bilhões, ante os R\$ 56 bilhões. Isso pode enfraquecer o ajuste.

Mesmo assim, um integrante da equipe econômica vê essa solução como um fator de fortalecimento do arcabouço no médio prazo, ao contrário do entendimento mais comum entre analistas de mercado. A visão no Ministério da Fazenda é que pouco adiantaria adotar um tratamento rígido, como no teto de gastos, e depois furá-lo. Na visão dessa fonte, melhor é evitar estímulos à burla do limite de despesas do arcabouço.

Esse limite tem funcionado para alinhar expectativas, segundo interpretação da Fazenda. As projeções de mercado para a dívida não apontam para uma trajetória explosiva, e sim para um ajuste lento e gradual.

Evidentemente, se o saldo positivo nas contas públicas viesse antes, haveria mais espaço para reduzir juros e trazer à economia os demais benefícios de um orçamento bem ajustado. Mas isso não parece factível com a atual composição do governo e do Congresso, ainda mais considerando que haverá eleições em outubro próximo.

O ex-ministro Moreira Franco, quando pressionado sobre o andamento do programa de concessões, costumava dizer que era preciso ir devagar para andar rápido. Gostando ou não, é assim que estamos.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231212/>

Política monetária tem "gordura para queimar", defende Haddad

Jéssica Sant"Ana

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou ontem que o país tem "gordura da política monetária para queimar". Ele disse que até meados do ano que vem o mundo vai se deparar com políticas monetárias diferentes da atual e que está confiante de que o Brasil vai se associar a esse ciclo de queda de juros.

"Temos confiança que vamos associar nosso ciclo de corte de juros com corte de juros no mundo no ano que vem. Isso significa um ciclo virtuoso de crescimento", disse o ministro em fala na reunião do Conselho, o Conselho de Desenvolvimento Econômico Social Sustentável (CDESS).

O Copom, do Banco Central, iniciou em agosto um ciclo de corte de juros. A taxa Selic, que estava em 13,75%, agora está em 12,25%. Enquanto isso, os EUA não começaram a cortar os juros, e o BCE elevou ainda em setembro a taxa da zona do euro.

Segundo o ministro, a economia brasileira deve bater 3% de crescimento e a **inflação** está praticamente dentro da banda. Na avaliação dele, a taxa de juros começou a cair de forma "tímida", mas "consistente". Ele ressaltou que o governo tem escolhido diretores do BC mais coerentes com a política que defendem- um dos escolhidos foi Gabriel Galípolo, que foi secretário-executivo de Haddad.

O ministro da Fazenda disse ainda que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva tem "chancelado as decisões da área econômica, sem a ansiedade de querer resolver tudo num ano só". "O presidente Lula não tem faltado à economia nos momentos mais decisivos", afirmou.

De acordo com ele, a semana é decisiva para votações, mas o Congresso tem sido atencioso com a agenda econômica. "Medidas no Congresso são fundamentais para o Orçamento equilibrado."

Haddad reforçou que o governo tem um projeto consistente no tempo. "Se correr atrás de resultado fáceis, não vamos entregar economia saudável."

O ministro disse ainda que a **reforma tributária** deve ser promulgada ainda neste ano e que ela tem todos os ingredientes para o Brasil se "libertar do caos

tributário". "Nós vamos migrar para um regime que vai oferecer aos investidores condições de acreditar no Brasil", destacou.

Haddad ressaltou ainda que o governo conseguiu colocar uma agenda para o país que equaciona "mais ou menos" os problemas encontrados.

"Apresentamos ao país agenda que consistia na mudança do tripé macroeconômico. Mudança começou com o marco fiscal e depois alteramos o regime de meta de **inflação**. Meta de **inflação** anual trazia pressão", lembrou. Ele disse que o governo está lançando ainda hedge cambial de risco de cauda atrelados a investimentos verdes.

"Se correr atrás de resultado fáceis, não vamos entregar economia saudável" Fernando Haddad

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE

Política monetária tem 'gordura para queimar', defende Haddad

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231212/>

Para especialistas, revisão no JCP requer mais tempo para debate

Beatriz Olivon

Os Juros sobre Capital Próprio (JCP), uma das formas de as empresas distribuírem lucros, devem ser revistos, se necessário, e corrigidos, se utilizados como instrumento de planejamento tributário abusivo, mas não eliminados, segundo o consultor e ex-secretário da **Receita Federal** Everardo Maciel, que participou da criação do instrumento no Brasil. "Ao cogitar eliminar [o JCP], o Brasil estaria perdendo uma posição que assumiu vanguarda no mundo", afirma, lembrando que em maio de 2021 a União Europeia orientou a adoção de mecanismo similar ao JCP.

As afirmações do consultor e ex-secretário da Receita foram feitas no seminário "A importância do JCP para os negócios no Brasil", realizada pelos jornais Valor, "O Globo" e pela CBN, terça-feira, em Brasília. Segundo Maciel, com o fim do JCP o Brasil perderia a arrecadação e pioraria o perfil de endividamento das empresas.

JCP são os juros com os quais as empresas remuneram seus sócios por terem investido capital. É como se o dinheiro aplicado na companhia fosse um empréstimo. O acionista que recebe os valores tem desconto de imposto, na fonte, de 15%. Já para a empresa que distribui, o valor é considerado despesa e é deduzido da base de cálculo do Imposto de Renda e da CSLL.

A ideia de extinguir o JCP ganhou força em 2023 pelo interesse do governo federal em aumentar a arrecadação. O Executivo, porém, alterou a proposta e o plano é que o mecanismo não seja extinto - pelo menos por enquanto. A expectativa é que nesta quarta-feira seja apresentado parecer da medida provisória (MP) das subvenções a investimentos, com mudanças no mecanismo do JCP, porém mais tímidas do que inicialmente almejado pelo governo - para aprovar o texto da MP ainda em 2023 o Executivo acabou abrindo mão da intenção de elevar a tributação sobre os valores distribuídos e limitar o uso do JCP.

Para o deputado federal Pedro Paulo (PSD-RJ), o ajuste que está sendo colocado no JCP, incluindo a tentativa de reduzir o planejamento tributário abusivo, seria adequado para calibrar o instrumento. O deputado acredita que a MP das subvenções será aprovada.

"O instituto do JCP precisa e pode ser aprimorado e tendo em vista as boas práticas que vemos no mundo desenvolvido. Mas os ajustes que podem ser incluídos na MP são bem vindos", afirmou o deputado, no evento, destacando que o texto é mais específico em alguns pontos, tentando justamente evitar o abuso do planejamento tributário. "São medidas que corrigem e melhoram o instrumento, ainda que sejam um "contrabandinho" numa MP."

"Acredito que não pararão as iniciativas no governo e no Congresso de aumentar a carga tributária", diz o deputado federal, lembrando que o governo buscou uma forma de equilíbrio nas suas contas muito ancorada nas receitas. O deputado, que é da base do governo, diz ser do grupo que considera esse um equilíbrio frágil, com o pilar apenas na arrecadação e a visão de que o gasto estatal é decisivo no crescimento econômico.

Sobre o debate em separado do JCP em relação ao restante da **reforma tributária**, o deputado destaca que o ideal é sempre discutir uma reforma ampla olhando todos os aspectos e efeitos, mas é muito difícil aprovar grandes reformas no parlamento - não apenas na área tributária. "É sempre ideal que o governo mande uma discussão completa sobre a reforma da renda, mas não impede que a gente faça os ajustes passo a passo."

Para tributaristas e representantes de alguns setores da economia, seria necessário debater mudanças no JCP dentro da reforma da renda e com mais tempo de discussão. Segundo Pablo Cesário, presidente executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), patrocinadora do evento, o que se vê, por enquanto, são discussões pontuais sobre JCP e não estruturais. "É um debate que leva tempo de amadurecimento. Quanto tempo tivemos para discutir a reforma do consumo? 20,30 anos", afirma. "O JCP é necessário. Pode melhorar? Claro que pode. Mas pode piorar também."

Cesário destaca, por exemplo, que o fim do JCP poderia dificultar o acesso de médias e pequenas empresas a crédito. "As 500 empresas da Abrasca acessam o mercado de capitais no dia seguinte, bancos também terão que pegar empréstimos com bancos porque usam JCP", afirma. Por isso, ele

projeta que muitas empresas vão buscar dinheiro ao mesmo tempo em momento de taxa de juros alta e redução de crédito disponível para as empresas. "Isso significa jogar grandes empresas brasileiras com liquidez e garantias para competir com as pequenas", afirma.

A tributarista Ana Lúcia Marra, sócia de **tributos** diretos do escritório Machado Associados, lembra que o JCP afeta endividamento, valor de empresas, política de remuneração de sócios, entre diversos aspectos, por isso, não é possível olhar apenas pelo efeito tributário, de arrecadação. Para ela, é necessário que se avaliem todos os impactos para eventuais mudanças no JCP.

"Muito desse problema do JCP está na nossa síndrome de vira-lata, de não acreditar que o Brasil podia inventar alguma coisa boa", afirma o tributarista Luiz Gustavo Bichara, sócio do Bichara Advogados. Para o advogado, o ideal em 2024 é discutir a tributação da renda como um todo, porque há riscos no fatiamento da discussão de diferentes itens da reforma - como consumo e renda, por exemplo.

O grande incentivo que o JCP criou é que as companhias tenham mais capital próprio e menos de terceiros para financiar seus investimentos e atuação, o que se transforma em menor endividamento das empresas no país, segundo Tiago Reis, presidente do conselho do Grupo Suno. "Quando criamos esse mecanismo, talvez nem tenha sido pensado lá atrás, mas uma das consequências foi ter balanços mais saudáveis e, sobretudo, um sistema financeiro extremamente saudável."

Ao invés de pensar em um instrumento meramente arrecada-tório seria mais interessante pensar em um instrumento de desenvolvimento econômico, segundo o professor da USP Eduardo Flores. "Há uma intrínseca associação entre financiamento e capitalização, gasto público, déficit fiscal e taxa de juros", afirma. "Não há nada pior do ponto de vista de capitalização de longo prazo do que regras alteradas sem haver um debate mais amplo", diz. Entre as propostas de alteração, está o estrangeiro que não tem a mesma tributação do investidor local, mas ela desconsidera a necessidade de investimento estrangeiro, de acordo com ele. "O Brasil é dependente do investimento estrangeiro. Uma regra diferenciada pode estar afugentando investidores."

O Brasil é um dos poucos países com tributação corporativa média acima de 30%, de acordo com a tributarista Ana Cláudia Utumi, sócia da Utumi Advogados. Nos países de maior relevância econômica a tributação corporativa está em torno de 20%, diz. Hoje, a média da OCDE é de

aproximadamente 21% e a média mundial, de 23%.

De acordo com o advogado e ex-procurador geral da Fazenda Nacional Ricardo Soriano, é importante reforçar que existe, de fato, uma experiência internacional. Na Europa diferentes países trabalham com institutos assemelhados, como Portugal, Bélgica e Turquia. "Nem sempre aumento de arrecadação tem que estar atrelado a aumento de carga tributária", afirma. Para o advogado, o Brasil já está em uma carga tributária "notável" e há um grande problema de sonegação.

O professor titular de direito financeiro da USP Heleno Torres considera inoportuna a discussão de JCP antes do debate sobre reforma da renda como um todo. "Trata-se de uma discussão de financiamento da empresa", afirma. A ausência de uniformização sobre JCP é prejudicial, segundo o professor, que indica que os valores pagos como JCP no Brasil a estrangeiros acabam tendo destinos diferentes a depender do país.

"O instituto precisa e pode ser aprimorado, tendo em vista as boas práticas"

Pedro Paulo

"Há risco de reduzir arrecadação e piorar o perfil de endividamento"

Everardo Maciel

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231212/>

Reforma tributária deve ir ao plenário amanhã

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro

O relator da **reforma tributária** na Câmara, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), deve apresentar nesta quarta-feira o parecer à proposta de emenda constitucional (PEC) para que seja votada no plenário até quinta-feira. O texto ainda está sob negociação com o Senado e haveria uma reunião entre os presidentes Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG) para garantir a promulgação na próxima semana.

Como se trata de uma PEC, é preciso que o mesmo texto seja aprovado pelas duas Casas para promulgação. Ribeiro trabalha para suprimir pontos do texto, sem alterar a redação ou incluir propostas novas, para evitar que precise passar por uma nova votação pelo Senado, o que atrasaria a promulgação para 2024.

Um dos pontos que o relator iria negociar com o Senado é a criação de uma Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) para taxar produtos industrializados que não tenham sido fabricados na Zona Franca de Manaus e que sejam semelhantes aos produzidos na região. A proposta foi incluída pelo relator do Senado, Eduardo Braga (MDB-AM), que é do Estado.

Ribeiro também negociaria a rejeição de alíquotas favorecidas para profissionais liberais como advogados, engenheiros e arquitetos que não fazem parte do Simples Nacional, o que tende a elevar o valor nominal do Imposto sobre Valor Adicionado (IVA) para todos. O Senado aprovou que essas categorias terão um redutor de 30% na alíquota padrão. Técnicos, contudo, contestam que isso beneficiaria as camadas mais ricas da população.

As alíquotas favorecidas para alguns setores e produtos acabam por aumentar a alíquota padrão do IVA para todos os demais, já que a intenção do governo é manter a carga tributária no mesmo nível da atual. O IVA brasileiro já será um dos maiores do mundo, na faixa dos 26,5% a 27,5%. O valor exato será definido pelo Senado após cálculo do Tribunal de Contas da União (TCU).

Para evitar este aumento, Ribeiro também quer rever a criação de uma "cesta básica estendida", com redução

de 60% na alíquota. Ela se somaria à cesta básica nacional, que será totalmente isenta do IVA. A lista de produtos e alimentos será definida na futura lei complementar. Para Ribeiro, a existência de duas listas diferentes aumentará a complexidade do sistema e o ideal é fazer um rol menor de itens e devolver os **impostos** sobre todos para a população mais carente (o chamado cashback).

Outros pontos que o relator tenta rever são os regimes específicos para companhias aéreas e Sociedades Anônimas de Futebol (SAF). Eles saíram do modelo do IVA para um regime especial, que só será definido na lei complementar, com o objetivo de pagarem menos **impostos**.

Também seriam debatidos com o Senado os novos fundos criados para a Amazônia e para a região Norte. A PEC passou a prever esses fundos, mas sem fonte de custeio. A reforma já possui outros dois fundos, de Desenvolvimento Regional e de Compensação dos Incentivos Concedidos com o ICMS, que custarão R\$ 60 bilhões por ano para a União a partir de 2043.

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231212/>

Governo Milei corta subsídios, desvaloriza peso e eleva imposto

Roberto Lamei rinhas

O novo governo argentino do presidente Javier Milei, anunciou ontem medidas que devem causar uma disparidade da **inflação** e significativa retração da economia. O plano deve ter forte reação da população e dos governadores, que devem sofrer com o aumento da **inflação** e o fim de repasses não obrigatórios às províncias.

As medidas anunciadas pelo ministro da Economia, Luis Caputo, anunciou o aumento do dólar no câmbio oficial de 400 para 800 pesos, novas regras de comércio exterior e a redução dos subsídios das tarifas de transporte e serviços, entre outras. Em 17 minutos, Caputo apresentou dez medidas consideradas menos específicas do que esperavam os analistas.

"Não considero que esse anúncio possa ser tomado como um plano econômico integral", disse o analista argentino Sérgio Berensztein, fundador de uma consultoria que leva seu nome. "Excetuando a desvalorização do peso em 54%, as medidas não oferecem precisões nem quantificam praticamente nada", afirma Berensztein.

Caputo, não deixou claro, em qual momento o câmbio oficial de 800 pesos por US\$ 1 poderá flutuar. Nem quando as medidas que anunciou passarão a vigorar. "Nada foi dito sobre fluxos financeiros, se serão levantadas as restrições às empresas para transferir dividendos para o exterior no câmbio oficial. Nem sobre política de títulos, taxas de juros ou política de administração de dívidas", disse Berensztein.

Em relação às exportações e importações, o ministro afirmou que os **impostos** para a venda de produtos não agrícolas vão pagar um "imposto-país" (conhecido como "retenções") - assim como as exportações agrícola já o fazem - enquanto durar o período que chamou de "urgência econômica".

"Ele não especificou até quando esse imposto vai vigorar nem quando acabará a urgência econômica", disse o diretor da EPY-CA Consultores, Martin Kalos.

Para os especialistas, o governo Milei pretende, em médio prazo, permitir que as travas de importações sejam totalmente removidas - uma medida pouco

efetiva no contexto de um país que não tem divisas fortes para importar.

O ministro também anunciou que as transferências de fundos discricionários às províncias serão reduzidas ao mínimo - "para evitar favorecimentos políticos" - e que novas licitações de obras públicas serão canceladas e as obras já contratadas, mas não iniciadas, serão suspensas.

"Pareceu ser um plano apontado para buscar um superávit fiscal rápido, com corte de gastos imediatos e aumento de **impostos**", disse o economista da consultoria Orlando J. Ferrerés Asociados, Nicolás Alonzo. "Mas faltam muitos detalhes sobre como será executado", afirmou.

"Estamos frente à pior herança econômica de nossa história", disse Caputo. "Um país onde estamos mais pobres. Como disse o presidente [Milei] com uma **inflação** pronta para chegar a 15.000% ao ano", afirmou.

"Como país, sempre atacamos a consequência, e nunca as causas dos nossos problemas que é a questão fiscal", discursou o ministro. "Essa é a razão para crises seguidas. Em mais de 200 anos de existência, a Argentina teve déficit em 113. Desta vez, vamos fazer o oposto do que sempre se fez e atacar nosso vício em déficit fiscal", afirmou, advertindo que a população enfrentará uma situação pior do que a atual nos próximos meses - antes que, segundo ele, comece a melhorar.

O anúncio, gravado por volta das 15 horas, deveria ser divulgado às 17h30. Mas "problemas técnicos" levaram a mensagem de Caputo a ser regravada. Não ficou claro se o problema que causou a re-gravação foi ou não de algum trecho do conteúdo do anúncio - como a de alguma medida que pudesse ser contestada judicialmente. Analistas disseram que as medidas anunciadas por Caputo não precisam do aval do Congresso argentino, onde o governo tem uma bancada muito reduzida.

Alguns meios de comunicação apontaram como autoritarismo e falta de transparência a decisão do governo Milei de não convocar uma entrevista coletiva para que jornalistas questionassem as medidas na sequência do anúncio, algo inédito. A opção pela

gravação do discurso, de acordo com o governo, se deveu à intenção de que o anúncio das medidas ocorresse "da forma mais direta, precisa e simples possível".

Entre as medidas anunciadas por Caputo, está a suspensão de todos os contratos de publicidade oficial por um ano. Para hoje, o governo convocou uma reunião com todos os bancos, privados e estatais antes da abertura do mercado.

"Medidas são imprecisas e não quantificam praticamente nada" Sérgio Berensztein

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231212/>

Inflação dos EUA fica em 3,1%, mas ritmo da desaceleração é lento

O índice de preços ao consumidor dos EUA teve uma alta anual de 3,1% em novembro - apenas 0,1 ponto percentual a menos do que a marca de outubro. A **inflação** se estabilizou neste fim de ano num patamar muito abaixo em relação a 2022, mas ainda permanece bem acima dos níveis pré-pandemia, o que diminui as expectativas por um corte do Federal Reserve (Fed, o BC americano) nos juros.

O ritmo fraco da queda no índice foi "levemente decepcionante, mas as tendências permanecem favoráveis", segundo Ian Shepherdson, economista-chefe da Pantheon Macroeconomics. O recuo nos preços da gasolina e dos bens duráveis compensou os ganhos em habitação, seguros automotivos e alguns outros serviços.

Segundo o anúncio de ontem do Departamento do Trabalho, a variação dos preços ao consumidor de outubro para novembro foi de 0,1%. O núcleo da **inflação** - que não inclui os voláteis preços de alimentos e energia - teve um crescimento de 0,3% em relação ao mês anterior, acima do que seria consistente com os 2% da meta de **inflação** de longo prazo do Fed. Na comparação com novembro de 2022, a expansão do núcleo foi de 4% - mesmo índice observado em outubro.

As autoridades do Fed não afirmaram que chegaram ao fim do ciclo de aumentos nas taxas de juros, mas estão cada vez mais confiantes de que não precisarão promover novas altas para controlar a **inflação**. Por outro lado, o relatório de ontem provavelmente reforçará as preocupações do Fed quanto a reduzir as taxas muito cedo. A cautela do Fed é justificada pelo fato de que a **inflação** já pareceu antes estar caminhando de forma constante rumo à meta, mas surpreendeu ao reacelerar.

Investidores estão apostando que o banco central vai começar a cortar os juros por volta de abril de 2024. No começo deste mês, o presidente do Federal Reserve, Jerome Powell, afirmou que era cedo demais "para especular sobre quando haverá um alívio na política".

As expectativas dos consumidores para a **inflação** de longo prazo se reduziram e os americanos têm demonstrado maior otimismo à medida que os aumentos de preços perdem força, de acordo com os

dados preliminares de dezembro de uma pesquisa conduzida pela Universidade de Michigan.

As autoridades do Fed "não queriam esmagar a economia, não queriam esmagar o mercado de trabalho, apenas queriam tirar um pouco da pressão", disse Kathy Bostjancic, economista-chefe do Nationwide Mutual Insurance. "Até aqui, este parece ser o caso."

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231212/>

Faltam definições no pacote de ajuste fiscal de Milei (Editorial)

O governo de Javier Milei anunciou ontem no fim da noite uma maxidesvalorização do peso como um dos primeiros passos para tentar consertar as finanças do país, eliminar déficits fiscais e evitar a "hiperinflação", como destacou o ministro da Economia, Luis Caputo, em mensagem gravada. O anúncio foi antecedido, durante o dia, por uma remarcação geral de preços nos supermercados e reajuste forte nas cotações dos bancos que vendem dólares no varejo. Os programas de controle negociado de preços entre varejo e governo foram encerrados. "Os preços serão determinados pelo mercado", comentou a ministra das Relações Exteriores, Diana Mondino.

Caputo disse que o problema principal a atacar será o déficit fiscal, para ele a causa da deterioração econômica do país e da **inflação** elevada. Em suas contas, nos últimos 123 anos, a Argentina teve resultados negativos fiscais em 113.0. O déficit hoje é de 5,5% do **PIB**, enquanto que a dívida total do país é da ordem de US\$ 400 bilhões.

A medida mais importante foi a desvalorização do câmbio oficial de 400 para 800 pesos por dólar. O dólar paralelo, um de mais de uma dezena de câmbios criados, atingiu ontem 1050 pesos, com uma distância de 162% em relação à cotação oficial. Caputo não mencionou a unificação cambial, mas essa é a direção, já que todos os outros tipos de conversão instituídos visavam a evitar uma desvalorização brutal do câmbio oficial pelo governo peronista de Alberto Fernández - agora tornada oficial por Milei.

A escassez de moedas fortes não se resolve com a perda de valor do peso e, em um período de emergência, segundo Caputo, será acompanhada de um aumento do imposto de importação e do imposto sobre exportações (retenções) de produtos não agropecuários (já taxados). A desvalorização encarece as compras externas, assim como o imposto criado, o que ajudará a deprimir as atividades econômicas, a caminho de um **PIB** negativo de 2,5% neste ano. Em compensação, serão extintos tanto os registros de direitos de exportação como as licenças prévias de importação, que infernizaram os industriais argentinos.

Como o presidente Javier Milei já havia anunciado em sua posse, seu plano econômico causará um choque de preços, que é o que a remarcação acelerada, já em curso, mais a perda de valor da moeda provocarão.

Mas não só isso. O pacote de Caputo promete reduzir os subsídios de energia e transporte, cujas tarifas cobririam, segundo ele, entre metade e 20% dos custos reais dos serviços. Vários outros pontos do pacote anunciado reduzem os gastos do Estado. Há medidas simbólicas, como o corte da propaganda institucional nos meios de comunicação, um gasto de 34 bilhões de pesos (ou US\$ 34 milhões) que só serve "para elogiar os governos de turno". Mais efetivos serão a não renovação dos contratos de trabalho com menos de um ano de vigência e o enxugamento do tamanho do Estado. O encolhimento do número de ministérios pela metade (de 18 para 9) trará também a diminuição de 106 para 54 no número de secretarias, 50% dos cargos hierárquicos e, como mencionado por Caputo, de 34% dos cargos políticos.

Não serão mais feitas licitações para obras de infraestrutura e serão canceladas as que foram licitadas, mas não iniciadas. As obras de infraestrutura ficarão a cargo da iniciativa privada porque o Estado "não tem dinheiro", um bordão de Milei em seu discurso de posse. As transferências discricionárias do Estado para as províncias serão reduzidas ao mínimo, porque, para o governo, elas só serviam nos últimos tempos "para trocas de favores políticos".

As medidas procuram reduzir em 5 pontos percentuais do **PIB** o déficit fiscal. É um desafio porque o consumo deve despencar aos golpes das remarcações, do aumento das tarifas e recessão. O imposto de importação deve trazer pequeno ganho, mas a extensão do imposto sobre exportações, incentivadas pela maxidesvalorização, pode ser significativo, já que será o setor exportador o único setor dinâmico da economia. A ênfase, pelo menos por enquanto, está na contenção de gastos.

Faltou o capítulo monetário, tanto da política de juros quanto da reforma na operação do Banco Central que permita estancar as emissões monetárias, para Milei a causa maior dos problemas argentinos. Com os preços estimados para dezembro correndo a uma velocidade de 20% e a **inflação** perto dos 200%, os juros irão para a estratosfera, na tentativa de atrair dinheiro hoje aplicado em dólar, auxiliada pela maxidesvalorização. As negociações com o Fundo Monetário Internacional de novos termos do acordo são vitais para a sobrevivência dos planos de Milei, mas o governo se mantém em silêncio sobre este

ponto.

Há um bom entrosamento em princípio entre Banco Central e Economia. O presidente do BC será Santiago Bausili, ex-JP Morgan e Deutsche Bank, sócio de Caputo na consultoria Anker Latam antes de ser nomeado. Bausili, por decreto, deverá ficar no cargo até setembro de 2028, o que significa que Milei não o fechará por um bom tempo. "Não enquanto eu estiver lá", brincou Bausili.

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231212/>

Obstáculos no governo Lula (Artigo)

Nilson Teixeira

Nilson Teixeira, Ph.D. em economia, escreve quinzenalmente neste espaço

O presidente Lula enfrentou um enorme desafio para formação de uma coalizão de apoio robusta no Congresso neste 1º ano do seu 3º mandato. Apesar de compreensível, a demora em ceder espaço na sua equipe ministerial e em estatais para grupos que apoiaram a campanha do ex-presidente Bolsonaro dificultou a construção dessa maioria.

Embora venha ocorrendo gradual incorporação de nomes indicados pelos partidos de centro, a coalizão formada é frágil. A aprovação das propostas do Executivo continua demandando árdua negociação com os parlamentares que exigem contrapartidas à cada etapa da negociação, mesmo com os seus partidos obtendo crescente representação nos ministérios e em estatais. O argumento dos membros desses partidos é sempre o mesmo: os indicados não os representam, e sim apenas ao pequeno grupo que o apoiou.

A **reforma tributária**, tida como prioritária pelo presidente Lula, padeceu desse obstáculo, com uma tramitação bastante morosa.

A reduzida influência do governo perante parte substancial de parlamentares tornou a negociação mais suscetível à concessão de injustificáveis privilégios e à incorporação de isenções e de redutores da alíquota padrão para inúmeros setores, bem como permitiu a introdução de distorções inexistentes na proposta original - novos fundos e **tributos** para compensação a diversas regiões.

O atraso na aprovação de toda a reforma também se deve à divisão da tramitação em duas partes - primeiro os **impostos** sobre bens e serviços e, após sua aprovação, os **tributos** sobre a renda. Apesar de ser aceitável que essa forma facilitaria a aprovação da reforma, o processo gera um código tributário ineficiente, pois as decisões do Congresso a respeito da configuração dos **impostos** sobre bens e serviços ocorrem sem informações precisas acerca dos **tributos** sobre a renda - 2023 termina sem acordo sobre a tramitação e a redação desta 2ª parte. A calibração ótima fica mais comprometida com o esforço para aumento de parte dos **impostos** sobre a renda para acomodar a alta dos gastos públicos sem maior deterioração fiscal.

A opção do governo de elevar receitas para ampliar os gastos públicos não é boa. Seria mais adequado impor procedimentos eficazes para o uso dos recursos públicos, com maior fiscalização para atenuar os recorrentes malfeitos facilitados pela falta de controle, ou mesmo conivência, de alguns órgãos públicos. Nesse sentido, o governo ainda não foi capaz de eliminar programas e gastos ineficientes, apesar dos relatórios desabonadores do TCU sobre alguns programas.

Como resultado dessa dinâmica e apesar de declarações contrárias de representantes do governo, a carga tributária tende a aumentar com a implementação da **reforma tributária** para, nos próximos anos, cobrir o aumento de gastos, subsidiar setores privilegiados e custear os novos fundos regionais. O aumento da carga de **impostos** seria menos censurável se houvesse revisão das renúncias tributárias, com a eliminação dos privilégios que não trazem benefícios para os mais pobres nem elevam a produtividade no país.

Em termos de ajustes econômicos, a atual equipe falha ao desqualificar a proposta de reforma administrativa disponível no Congresso. A avaliação da estrutura de pessoal da União realizada em 2019 e 2020 poderia ser aprofundada com a inclusão de diagnóstico sobre os demais Poderes para permitir a incorporação à proposta existente de ajustes para todos os servidores federais. A reforma precisa eliminar vantagens injustificáveis do funcionalismo, em particular da elite do Judiciário, bem como impor limites rígidos à remuneração mensal dos servidores, vedando a incorporação aos salários de um sem-número de reembolsos e privilégios, alguns dos quais surpreendentemente isentos de Imposto de Renda.

Apesar de já ter se manifestado contra a privatização e a favor da reversão do controle privado de algumas empresas, o presidente Lula precisa ser convencido de que a ampliação do programa de desestatização e de venda de concessões é boa para o país. Essa mudança de foco contribuiria para ampliação do volume de recursos para ações que promovam redução da pobreza e melhoria das condições de vida da população mais vulnerável.

Decisões da Petrobras com base política e sem sustentação em um plano de negócios coerente - reversão da venda de refinarias e retorno ao varejo de combustíveis - embutem riscos para a empresa, bem

como para o país ao prejudicar as condições de negócios e o risco jurisdicional. Do mesmo modo, a reversão da extinção da Ceitec é equivocada. Não cabe ao setor público produzir semicondutores. Seria mais apropriado ampliar as dotações para pesquisa na área, com eventual implementação de avanços tecnológicos sendo financiada por investidores privados, inclusive com possível aporte do BNDES.

O governo também perde tempo ao debater a adoção de medidas que comprovadamente fracassaram em outras ocasiões, como a concessão pelo BNDES de financiamentos subsidiados a setores específicos e a oferta por estatais de garantia de compra de bens a preços muito acima aos do mercado global. Nesse sentido, a venda de participações acionárias do BNDES em empresas já consolidadas e a limitação dos financiamentos às firmas capazes de captar recursos nos mercados doméstico e externo a taxas competitivas liberariam recursos adicionais para a concessão de empréstimos para pequenas e médias empresas inovadoras e com acesso restrito à captação de recursos.

Os péssimos resultados dos alunos do ensino básico nos testes educacionais, como o PISA, atestam as enormes dificuldades do país em evitar novo recuo do seu crescimento potencial. Apesar da atuação mais consciente do Ministério da Educação em 2023, é crucial ampliar a cobertura da educação infantil, promover a alfabetização na idade certa, estender o ensino em tempo integral para todas as escolas, implementar medidas para atenuar a defasagem de aprendizagem e adotar medidas de incentivo à retenção escolar. Esses são os principais desafios para os próximos anos.

Apesar das enormes dificuldades enfrentadas pelo país e da perda de foco no debate sobre iniciativas que não elevam a produtividade nem reduzem a pobreza, o governo Lula ainda tem 75% do seu 32 mandato para a introdução de políticas que possam garantir a melhoria dos fundamentos econômicos. Há tempo suficiente para promover os necessários ajustes.

A carga tributária tende a aumentar com a reforma, para, nos próximos anos, cobrir o aumento de gastos

Notícias Relacionadas:

VALOR ONLINE
Obstáculos no governo Lula

Site: <https://valor.globo.com/impresso/20231212/>

Análise: Haddad enfrenta gula do Centrão e fogo amigo do PT

Luiz Carlos Azedo

+

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, enfrenta simultaneamente a gula do Centrão e o fogo amigo do PT. Fosse um economista como Pêrsio Arida, e não um político petista puro-sangue, calejado por administrar o terceiro maior orçamento do país como prefeito de São Paulo, já teria pegado o boné e ido embora para casa. É muito mais confortável dar aulas de ciência política ou filosofia na Universidade de São Paulo do que administrar as pressões que sofre de todos os lados da Esplanada e da Faria Lima.

A gula do Centrão é retroalimentada pela narrativa petista de que Haddad advoga um austericídio fiscal, o mote sacado por Gleisi Hoffmann, a presidente do PT, na conferência nacional da legenda, para atacar a política econômica e responsabilizar Haddad, por antecipação, pelas dificuldades que o partido enfrentará nas eleições municipais.

Não faz nenhum sentido, neste cenário, a pressão por arrocho fiscal exercida pelo comando do BC, rentistas e seus porta-vozes na mídia e no mercado. O Brasil precisa se libertar, urgentemente, da ditadura do BC independente e do austericídio fiscal, ou não teremos como responder às necessidades do país, afirma a resolução aprovada ontem, em votação remota.

A tese não tem nada a ver com a estabilidade da economia e uma estratégia sustentável de crescimento, mas com os gastos públicos no ano eleitoral. Ou seja, o PT está contra o deficit zero porque tem expectativa de turbinar as pastas controladas pela legenda nas suas bases tradicionais nas eleições municipais.

O grande equívoco dessa estratégia é que a goela do Centrão é muito maior. É uma ilusão acreditar que a legenda, pelo mau exemplo, levará vantagem em relação aos políticos do Centrão, sem o qual o governo não tem a menor chance de aprovar suas propostas econômicas, como a **reforma tributária**. Ainda mais depois do ataque à política econômica e às alianças do Palácio do Planalto na resolução da conferência.

As forças conservadoras e fisiológicas do chamado Centrão, fortalecido pela absurda norma do orçamento impositivo num regime presidencialista, exercem

influência desmedida sobre o Legislativo e o Executivo, atrasando, constringendo e até tentando deformar a agenda política vitoriosa na eleição presidencial, afirma o documento. Na votação, Gleisi e seus aliados massacraram os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (CE), e da bancada, Zeca Dirceu (PR), por 51 votos a quatro.

Orçamento

O outro lado da moeda é o parecer final do relator da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2024, (PLN 4/23), deputado Danilo Forte (União-CE), que propõe a obrigatoriedade de empenho das emendas parlamentares impositivas no primeiro semestre do ano que vem. Hoje, as emendas individuais e de bancada estadual são de execução obrigatória, mas o governo é que decide quando isso é feito.

As emendas de comissões permanentes e as de bancadas estaduais deverão ser empenhadas até abril, caso o Orçamento seja sancionado no fim do ano. Ou seja, é injeção direta de recursos nas bases eleitorais. O empenho é a contratação da despesa, que deve ter recursos reservados, liquidada e paga. Pelo relatório do deputado, as transferências especiais (recursos repassados diretamente para governos de estados e municípios) para a área de saúde terão de ser pagas no primeiro semestre.

Forte explicou que a mudança é fundamental para os gestores, porque garante previsibilidade. No primeiro semestre, a gente resolve a parte da saúde, que é a prioridade do Brasil. Com isso, você melhora a condição financeira dos entes federados. E é bom, por outro lado, porque acomoda e diminui a pressão política, que muitas vezes é condenada pelo toma lá, dá cá, disse Forte.

A saúde, como se sabe, é uma área capilarizada, com muitas instituições privadas que recebem recursos do SUS. Para distribuir fraternamente os eventuais contingenciamentos, um dispositivo determina que os cortes de recursos necessários à meta fiscal sejam lineares, ou seja, iguais para emendas parlamentares e demais recursos do orçamento, independentemente de prioridades.

Dispositivo proposto pelo relator determina que os cortes de recursos necessários para garantir a meta

fiscal do ano sejam feitos de maneira igualitária entre emendas parlamentares e o restante das programações. Nada melhor do que a equidade. Então, o que está colocado é que vamos ter uma condicionante. Se for fazer o contingenciamento, fazer uniforme, linear para a área de investimentos , explicou.

A emenda do senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) que estabelecia um limite de contingenciamento em torno de R\$ 23 bilhões para 2024, a partir de uma interpretação do novo regime fiscal (LC 200/23), foi rejeitada pelo relator. Segundo o senador, o regime assegura um crescimento mínimo das despesas de 0,6%. Segundo nota técnica da Consultoria de Orçamento da Câmara, para garantir a meta fiscal, o corte pode chegar a R\$ 56 bilhões.

Dê a sua opinião! O Correio tem um espaço na edição impressa para publicar a opinião dos leitores pelo e-mail sredat.df@dabr.com.br

Site:

<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/12/6669587-analise-haddad-enfrenta-gula-do-centrao-e-fogo-amigo-do-pt.html>

Reforma tributária: sem exceções criadas no Congresso, IVA poderia ter valor mais próximo ao de países desenvolvidos, diz CNI

Por **Alexandro Martello**, g1 - Brasília

O levantamento tem por base o texto que foi aprovado pelo Senado Federal. E que, portanto, considera as exceções incluídas tanto pela Câmara quanto pelos senadores.

O estudo confirma também cálculos do Ministério da Fazenda que, com as exceções a setores da sociedade, a alíquota padrão (cobrada daqueles sem o benefício) será de 27,5% - uma dos maiores do mundo.

As chamadas exceções incorporadas pela Câmara e pelo Senado se dão por meio de regimes especiais de cobrança de **impostos**, com tributação diferenciada; mediante alíquota reduzida (60% do valor cobrado dos demais setores); ou via desoneração (alíquota zero, por exemplo, para investimentos ou exportações).

Em 21,7%, sem os benefícios, as alíquotas brasileiras dos futuros IVAs estariam mais perto da média da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 19%, segundo números da Tax Foundation, organização que atua há mais de 80 anos coletando dados sobre **tributos** ao redor do mundo. A OCDE é formada por países mais desenvolvidos.

Nesta quarta-feira (13), a Frente Parlamentar pelo Brasil Competitivo (FPBC) e o Movimento Brasil Competitivo (MBC) informaram, por meio de nota, que defenderam aprovação da **reforma tributária** sobre o consumo para criar um ambiente de segurança e atrair investidores ao país apesar das quantidade de exceções aprovadas - que ainda preocupa .

Acrescentaram que o atual sistema tributário é o segundo fator de maior impacto no Custo Brasil (1,7 trilhões de reais), representando perdas entre R\$ 270 e R\$ 310 bilhões anuais. Essas perdas são referentes às ineficiências econômicas, distorções alocativas, gastos com litígios tributários, afastamento de investimentos e entrave para maior exportação, já que hoje há exportação de **tributos** (chamado de resíduo tributário) , explicaram.

A FPBC e o MBC avaliaram, ainda, que o número de horas gastas para o pagamento de **tributos** é o principal indicador da complexidade de um sistema tributário.

Neste quesito, o Brasil encontra-se na última posição entre os 190 países analisados pelo estudo Doing Business, com 1.501 horas anuais, número quase 5 vezes superior à média da América Latina (317,1 horas/ano) e dez vezes à média da OCDE (158,8 horas/ano). Das 1.501 horas brasileiras, 885 são dedicadas apenas ao pagamento de **tributos** indiretos , concluíram.

O texto da **reforma tributária** já foi aprovado pela Câmara e, também, pelo Senado Federal. Entretanto, como foi alterado pelos senadores, será necessária uma nova análise pelos deputados - que estão resistentes em apoiar os novos benefícios concedidos pelos senadores.

Nesta semana, por exemplo, o relator da **reforma tributária** na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), defendeu suprimir a cesta básica estendida, criada pelo Senado, do texto da proposta de emenda à Constituição (PEC).

Em linhas gerais, a proposta inicial estabelece a extinção de cinco **tributos**:

No lugar, seriam criados dois **impostos** sobre Valor Agregado (IVAs) - um gerenciado pela União (CBS), e outro com gestão compartilhada entre estados e municípios (IBS), além de um imposto seletivo, sobre produtos nocivos à saúde, com cigarros e bebidas alcoólicas, e uma CIDE para manter a competitividade da Zona Franca de Manaus.

No modelo do IVA, os **impostos** não são cumulativos ao longo da cadeia de produção de um item. Exemplo: quando o comerciante compra um sapato da fábrica, paga imposto somente sobre o valor que foi agregado na fábrica.

Além disso, os **impostos** passarão a ser cobrados no destino final, onde o bem ou serviço será consumido, e não mais na origem. Isso contribuiria para combater a

chamada guerra fiscal , nome dado a disputa entre os estados para que empresas se instalem em seus territórios.

Site:

<https://g1.globo.com/economia/noticia/2023/12/13/reforma-tributaria-sem-excecoes-criadas-no-congresso-iva-poderia-ter-valor-mais-proximo-ao-de-paises-desenvolvidos-diz-cni.ghtml>

BC deve reduzir hoje juro para o menor patamar desde março de 2022

Renan Monteiro

O Banco Central deve anunciar nesta quarta-feira o quarto corte seguido na taxa básica de juros, a Selic. Conforme expectativa majoritária do mercado e indicação da própria autoridade monetária, a queda será de 0,5 ponto percentual.

Com isso, a Selic vai de 12,25% para 11,75% ao ano, o menor patamar desde março de 2022, quando também estava em 11,75%.

Será a última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) no ano de 2023. O comitê se reúne a cada 45 para decidir o rumo da taxa básica da economia.

Enquanto neste ano a Selic deve terminar em 11,75%, no ano seguinte, a expectativa de mercado aponta para uma taxa de 9,25%. Os números são do Boletim Focus, divulgado pelo próprio BC.

O patamar está longe do desejo do governo. No sábado, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, avaliou que as medidas apresentadas ao Congresso para o ajuste fiscal e correções tributárias, aliadas à promulgação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, criam um ambiente para "exigir" o corte da taxa básica de juros.

Nesta terça, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva cobrou um movimento de pressão ao chefe do Banco Central, Roberto Campos Neto, para a aceleração da queda da taxa básica de juros.

- Nós temos que mexer com o coração do presidente do Banco Central, 'reduz um pouco o juro, que as pessoas estão querendo tomar dinheiro emprestado'. Os governadores podem ajudar, fazer pressão - disse, em cerimônia sobre o financiamento dos Bancos Públicos para investimentos nos estados.

Haddad, por sua vez, falou em gordura para cortar juros.

- A taxa de juros começou a cair poucos meses atrás e ainda temos gordura na política monetária e nossa taxa real está muito distante do segundo colocado (no mundo) - afirmou o ministro.

Sempre que questionado publicamente, Haddad nega

cravar um número considerado ideal pela Fazenda, mas dá indicações. Também neste sábado, ele criticou, por exemplo, o fato de a Selic terminar o ano em 11,75%, quando a **inflação** está próxima de 4%.

Na última ata do Copom, que detalha a decisão sobre juro, os oito diretores e o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, antevêm cortes de 0,50 ponto percentual nas próximas reuniões. Eles também avaliam que esse ritmo (é) apropriado para manter a política monetária contracionista necessária para o processo desinflacionário.

O corte está sinalizado para, pelo menos, duas reuniões à frente. Essa é a interpretação apresentada pelo próprio Campos Neto em palestra nesta última semana.

A taxa básica ficou estacionada em 13,75% de agosto de 2022 a agosto de 2023.

O Banco Central continua com a lupa para o cenário inflacionário e as expectativas de **inflação** como risco. As pressões inflacionárias globais e **inflação** de serviços são alguns dos indicadores mensurados com atenção.

Ou seja, a depender do cenário macroeconômico, a autarquia monetária pode acelerar ou diminuir o ritmo de corte da Selic.

Com impulso nos preços alimentos e passagens aéreas, a **inflação** medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15 (IPCA-15) acelerou para 0,33% em novembro, conforme dados do IBGE.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/13/bc-deve-reduzir-hoje-juro-para-o-menor-patamar-desde-marco-de-2022.ghtml>

Idade e tempo de contribuição para se aposentar no INSS sobem em 2024; simule

Cássia Almeida

A partir de 2024, como acontece a cada virada de ano, a idade mínima e o tempo de contribuição mínimos para se aposentar pelo **INSS** sobem, conforme determinou a Reforma da **Previdência Social**, em 2019.

A reforma determinou idade mínima de 65 anos para homens e 62 para mulheres. E, ainda, tempo de contribuição de 30 anos para elas e 35 anos para eles. Mas isso só vale para quem começou a trabalhar depois que a reforma foi aprovada. Quem já estava no mercado antes tem direito a regras de transição, com a idade mínima e o tempo de contribuição subindo gradualmente.

Por isso, em alguns casos, é possível se aposentar antes dos 65 anos (para homens) ou 62 anos (para mulheres).

O GLOBO criou uma calculadora que mostra, para cada trabalhador, de acordo com o ano em que começou a trabalhar (ou seja, seu tempo de contribuição), sua idade atual e gênero, as várias maneiras para se aposentar. Em alguns casos, são até cinco regras possíveis de transição.

Faça suas contas na ferramenta abaixo e leia, em seguida, como funciona cada regra. Se não estiver visualizando, clique aqui.

O resultado mostra o tempo que falta para se aposentar e qual será o valor do benefício em cada uma das modalidades possíveis de aposentadoria. E sinaliza qual das regras vai proporcionar um ganho maior e qual vai permitir que o trabalhador se aposente em menos tempo.

A calculadora também mostra as regras para os **servidores públicos** e para os professores, que são diferentes das aplicadas aos demais trabalhadores.

Os brasileiros que começaram a trabalhar depois de novembro de 2019, quando a Reforma da Previdência foi promulgada, precisam cumprir os novos requisitos para se aposentar, que são idade mínima de 62 anos para mulheres e 65 para homens. E, ainda, tempo de contribuição de 30 anos para elas e 35 anos para eles.

Mas, para quem já estava no mercado de trabalho quando a Reforma da Previdência foi aprovada, são até cinco regras de transição. E em duas dessas regras - o sistema de pontos e a idade mínima progressiva - as exigências ficam cada vez mais rígidas a cada ano que passa.

A regra do sistema de pontos funciona assim: cada ano de recolhimento ao **INSS** corresponde a um ponto, enquanto cada ano a mais de idade vale outro.

Quando a tabela começou, em 2019, o mínimo era de 86 pontos para as mulheres e de 96 para os homens. Esses patamares avançam anualmente. Em 2024, serão de 91 pontos para as mulheres e 101 pontos para os homens.

Em 2028, a pontuação alcançará o limite de 105 pontos para os homens, sem novos aumentos. Cinco anos depois, em 2033, é a vez das mulheres, no limite de 100 pontos.

Na calculadora do GLOBO, basta inserir a sua idade e o seu tempo de contribuição para saber quanto tempo falta para você se aposentar por essa regra e pelas demais.

Também é possível checar o quanto você receberá de pensão em caso de falecimento de seu cônjuge, considerando as novas regras para este benefício e para o seu pagamento para quem já é aposentado, instituídas pela Reforma da Previdência, em outra calculadora.

A reforma estabeleceu redutores para o acúmulo de aposentadoria com pensão e reduziu o valor pago por dependente. A calculadora da pensão do GLOBO, abaixo, faz a simulação para todos os perfis de família.

Se não estiver visualizando, clique aqui.

Outra regra da aposentadoria que passa por alterações em 2024 é a da idade mínima progressiva, que a cada ano sobe seis meses.

Em 2024, a idade mínima para as mulheres se aposentarem sobe para 58 anos e 6 meses. No caso dos homens, sobe para 63 anos e 6 meses.

E, a cada virada de ano, a exigência aumenta, até

chegar aos 62 anos para as mulheres em 2031 e os 65 anos para os homens em 2027 - quando então ambos cumprirão a mesma regra válida para os brasileiros que começaram a trabalhar após a promulgação da reforma.

Lembrando que, além da idade necessária, é preciso cumprir um tempo mínimo de contribuição. Na calculadora do GLOBO, é possível fazer essa simulação.

Para quem estava perto da aposentadoria em 2019, faltando só dois anos para se aposentar, há também a regra do pedágio, que na prática exige que o trabalhador cumpra 50% a mais em relação ao tempo que faltava se aposentar quando Reforma da Previdência foi promulgada.

Para quem tem mais de 60 anos (homens) ou 57 anos (mulheres), há ainda a regra do pedágio de 100% sobre o tempo de contribuição - ou seja, tem que cumprir o dobro desse período em relação ao que teria que cumprir antes da reforma. São 35 anos de tempo de contribuição para homens e 30 para mulheres.

Há ainda a regra de aposentadoria por idade, que exige porém um mínimo de 15 anos de contribuição, mas que costuma ser mais vantajosa apenas para quem não conseguiu se manter no mercado de trabalho contribuindo regularmente ao **INSS** de forma contínua.

Escolher qual regra é a melhor para se aposentar varia a cada caso e também de acordo com a situação financeira do trabalhador. Por exemplo, um homem de 55 anos que começou a trabalhar com carteira assinada aos 18 anos se encaixa nas cinco regras de transição previstas na reforma.

E já pode até se aposentar, caso opte pelo pedágio de 100%, mas receberá apenas 72% do valor do benefício a que teria direito. Se esperar mais sete anos, consegue se aposentar em 2030 garantindo 100% do valor do benefício.

Uma mulher de 45 anos que tenha começado a trabalhar aos 23 anos pode optar por quatro das regras de transição. A calculadora do GLOBO mostra que neste caso, a melhor regra, tanto considerando o valor do benefício como o tempo que é preciso esperar até a aposentadoria, é no sistema de pontos. Essa trabalhadora poderá se aposentar em 2042 recebendo 100% do seu benefício.

A Reforma da Previdência alcançou os funcionários públicos. A calculadora do GLOBO também faz simulações sobre tempo da aposentadoria para os servidores. Nesse caso, se uma servidora de 35 anos,

que começou a trabalhar em 2008 e entrou para o serviço público em 2010, poderá se aposentar com a totalidade do benefício a que tem direito em 2048, aos 60 anos.

A calculadora também mostra como fica a situação dos professores tanto na rede privada quanto na pública. Uma professora de 45 anos, que começou a trabalhar aos 24 anos em sala de aula em escola privada vai conseguir se aposentar em 2036, aos 58 anos, ganhando a totalidade do benefício que poderia receber (vai depender do salário de contribuição) pelo sistema de pontos.

Se ela quiser se aposentar um ano mais cedo, vai receber 98% do rendimento se optar pelo regime de idade e tempo de contribuição.

Se for um professor da rede pública, também com 45 anos e começando a dar aulas na rede pública aos 24 anos, vai se aposentar com o benefício integral em 2040, aos 60 anos.

Site:

<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2023/12/13/idade-e-tempo-de-contribuicao-para-se-aposentar-no-inss-sobem-em-2024-simule.ghtml>

'Não tenho dúvidas' de que veto será derrubado, afirma Marcos Pereira, vice-presidente da Câmara

Brasília

/
Emerson Fonseca Fraga, do R7, em Brasília

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIÉDADES

Brasília | Emerson Fonseca Fraga, do R7, em Brasília

"Não tenho dúvidas de que será derrubado", afirmou o deputado federal Marcos Pereira (Republicanos-SP), primeiro-vice-presidente da Câmara e do Congresso, sobre o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à prorrogação da desoneração da folha de pagamento até 2027. A declaração foi feita nesta terça-feira (12), em Belo Horizonte, onde ele recebe uma homenagem. O parlamentar disse que, se o ato não for derrubado, "muitos empregos poderão ser eliminados".

"É um tema extremamente importante para os 17 setores da economia", afirmou o deputado, referindo-se aos segmentos abrangidos pela política fiscal. "Esse benefício gera empregos", completou.

"Óbvio que você desonerar a folha para 17 setores não é o ideal. O ideal é que tivéssemos uma desoneração mais ampla. Mas é o que é possível, é o que vem sendo praticado há alguns anos", argumentou. "Há um clima e um sentimento amplo para que esse veto seja derrubado."

Clique aqui e receba as notícias do R7 no seu WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo WhatsApp

Compartilhe esta notícia pelo Telegram

Assine a newsletter R7 em Ponto

Autor do projeto que prorroga a medida, o senador Efraim Filho (União-PB) sugeriu nesta terça-feira (12) que não há clima no Congresso para esperar uma alternativa da equipe econômica à proposta. "O governo teve dez meses para preparar uma proposta e não o fez", disse ele ao R7. A previsão é prosseguir com a derrubada do veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A próxima sessão do Congresso está marcada para quinta-feira (14).

"Devido à demora na apresentação da proposta e ao tempo exíguo, o melhor caminho será derrubar o veto e, assim, termos prazo para, em 2024, avaliar a proposta do governo para eventualmente aperfeiçoar uma política pública que já se mostrou eficaz na geração de empregos", completou o senador.

O parlamentar também alegou não haver um diálogo amplo com representantes dos 17 setores contemplados com a desoneração capaz de possibilitar a aprovação rápida de uma nova proposta em tempo. Isso porque a medida tem validade até 31 de dezembro de 2023 e, caso ela não seja prorrogada, a estimativa é de perda de aproximadamente 1 milhão de empregos.

Nesta segunda-feira (11), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que já há um projeto para servir como alternativa à desoneração da folha e que ele conta com o aval de Lula na forma com que a proposta está sendo conduzida pela equipe econômica. No entanto, o ministro disse que o tema só será analisado depois da aprovação da **reforma tributária**.

Por isso, a base do governo no Congresso tenta articular um adiamento da análise dos vetos. Por enquanto, não há tendência de postergar o debate.

O veto de Lula ao projeto é contrário ao posicionamento de 84% dos deputados federais. Dos 513 membros da Câmara, 430 votaram a favor da proposta. O texto também passou com facilidade no Senado, que analisou a matéria em votação simbólica, que acontece quando há consenso entre os parlamentares.

A desoneração da folha substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta da organização. O objetivo é que o mecanismo reduza o peso dos encargos trabalhistas e estimule a criação de empregos nos setores desonerados.

A medida está vigente desde 2011 e foi adotada durante o governo de Dilma Rousseff (PT). Quando a concessão entrou em vigor, 56 setores eram contemplados, mas o ex-presidente Michel **Temer** (MDB) sancionou, em 2018, uma lei que removeu 39 segmentos do regime. A medida valeria até 2021, mas foi prorrogada pelo então presidente Jair Bolsonaro (PL).

Com o veto de Lula, o país pode ver a **inflação** subir. "De fato, tanto os empregos estarão ameaçados quanto os custos das empresas vão se elevar. De uma forma ou de outra, toda a economia nacional sofrerá o impacto dessa mudança: as empresas terão que cortar custos para equilibrar as contas, podendo haver redução no número de empregados e aumento no valor dos produtos, o que pressionará a **inflação**", avalia o economista Werton Oliveira.

A elevação dos preços ao consumidor final, segundo Oliveira, traria como efeito de curto prazo um aumento da **inflação**. Por outro lado, com as demissões gradativas, haveria uma diminuição do poder de compra dos brasileiros em um segundo momento, o que faria os preços cair, mas isso traria prejuízo ao crescimento econômico.

A perda de arrecadação para a **Previdência Social**, caso não houvesse a desoneração da folha de pagamento, teria sido de R\$ 45,7 bilhões entre 2018 e 2022, revelou um estudo feito neste ano pela Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais (Brasscom).

A publicação mostrou que, caso o mecanismo não existisse, a perda de arrecadação da **Previdência Social** teria sido de R\$ 1,4 bilhão em 2018, R\$ 5,7 bilhões em 2019, R\$ 9,5 bilhões em 2020, R\$ 13 bilhões em 2021 e R\$ 16 bilhões em 2022. O contexto atual do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**) é de saldo negativo.

Com base em dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), os representantes observaram que, em termos de evolução da empregabilidade, os setores desonerados contrataram mais de 1,2 milhão de novos trabalhadores entre 2018 e 2022, o que corresponde a cerca de 15,5% de crescimento. Sem a geração

desses empregos, haveria uma queda na arrecadação previdenciária.

Carregando...

Brasília

Utilizamos cookies e tecnologia para aprimorar sua experiência de navegação de acordo com o Aviso de Privacidade .

Tenha à disposição toda a programação RecordTV e os conteúdos dos melhores canais em um só lugar.

O R7 está no WhatsApp, siga o nosso canal

RECORD

JORNALISMO

VARIEDADES

Site: <https://noticias.r7.com/brasilia/nao-tenho-duvidas-que-veto-sera-derrubado-afirma-marcos-pereira-primeiro-vice-presidente-da-camara-12122023>

Mercado vê chance maior de aceleração do ritmo de cortes ou de Selic final mais baixa, mostra pesquisa

Por Gabriel Roca, Valor - São Paulo

13/12/2023 09h04 Atualizado há 2 minutos

Apesar de uma piora na percepção dos riscos às contas públicas e à trajetória da dívida do Brasil, os participantes do mercado têm se mostrado mais otimistas com a possibilidade de o Banco Central acelerar o ritmo dos cortes nos juros ou de a autoridade monetária levar a Selic a um nível mais baixo do que o atualmente precificado. É o que revela uma pesquisa elaborada pela BGC Liquidez, antecipada ao Valor, que também aponta que 71% dos entrevistados não esperam que o Comitê de Política Monetária (Copom) do BC altere a indicação para os cortes de juros nas próximas reuniões.

Há unanimidade entre os participantes da pesquisa de que o Copom irá reduzir os juros em 0,5 ponto percentual na reunião desta quarta-feira (13) e, assim, levará a taxa Selic para 11,75%. No entanto, há uma divisão maior sobre a sinalização para as próximas decisões. Enquanto 71% dos entrevistados acreditam que o colegiado irá manter a sinalização para as próximas decisões - no plural -, 29% acreditam que a orientação ficará restrita apenas à próxima reunião, a de janeiro de 2024.

Caso o uso do plural seja retirado da comunicação, a percepção de que a mudança seria para o lado "dovish" (inclinado a juros mais baixos) e indicaria uma probabilidade de aceleração do ritmo de cortes é compartilhada por 75% dos respondentes, contra 22% que veem o uso do singular como um sinal de que o BC irá desacelerar o "pace" de cortes no horizonte.

A pesquisa da BGC também mostra que, para janeiro, 90% dos participantes apostam na manutenção do ritmo de 0,5 ponto contra 10% que anteveem um corte de 0,75 ponto. Para a decisão de março, 78% antecipam uma diminuição de 0,5 ponto na Selic; 16% esperam um corte de 0,75 p.p.; e 6%, uma redução no ritmo para 0,25 p.p.

Por fim, para a reunião de maio de 2024, 73% antecipam um corte de 0,5 p.p.; 10% esperam um corte de 0,75 p.p.; 16% uma redução para 0,25 p.p.; e 2%

acreditam em manutenção dos juros.

"Na consolidação de níveis projetados para o fim do ciclo, a Selic esperada foi reduzida para 9,35%, de 9,75% da pesquisa anterior", aponta o documento.

O levantamento elaborado pela BGC Liquidez também revela uma maior preocupação dos agentes de mercado com a condução da política fiscal, que continua concentrando o maior risco negativo para o balanço de riscos do Copom. A situação das contas públicas foi mencionada por 73% dos participantes, um aumento em relação aos 64% da pesquisa anterior. É possível notar também uma melhora na percepção sobre o exterior, que concentrava 35% das respostas como o maior risco para o colegiado e passou para 11% na edição atual.

Do lado positivo, 46% dos entrevistados seguem vendo a **inflação** corrente como a principal notícia positiva para o Banco Central, seguida do cenário externo/câmbio (32%).

Ainda no campo fiscal, para 71% dos respondentes a meta de resultado primário, atualmente fixada em 0% do **PIB** para 2024, será alterada no primeiro trimestre do próximo ano, enquanto 19% acreditam que a alteração da meta será feita no segundo trimestre do ano que vem. Caso a mudança se concretize, 56% antecipam a nova meta ficando em -0.5% do **PIB**, enquanto 27% esperam que a nova meta seja de déficit de -0,75% do **PIB**.

Em relação às medidas de arrecadação propostas pelo Executivo, o valor esperado para a MP 1185 - das subvenções do ICMS -, segundo os participantes da pesquisa, é de R\$ 24 bilhões. Para a parte de juros sobre capital próprio (JCP), a expectativa dos consultados é que o poder arrecadatário seja entre R\$ 5 e R\$ 10 bilhões.

Já para o projeto de apostas esportivas, a expectativa média de arrecadação ficou em R\$ 4 bilhões. Por fim, 77% dos entrevistados avaliam como provável ou muito provável a promulgação da PEC 45 (**reforma tributária**) até o fim deste ano.

Site:

<https://valor.globo.com/financas/noticia/2023/12/13/mercado-ve-chance-maior-de-aceleracao-do-ritmo-de-cortes-ou-de-selic-final-mais-baixa-mostra-pesquisa.ghtml>

Influencer fitness é alvo de ação contra tráfico de drogas

PEPITA ORTEGA FAUSTO MACEDO

A Polícia Federal, o Ministério Público de São Paulo e a **Receita Federal** realizaram ontem uma operação contra uma organização que desviou 12 toneladas de produtos químicos para produção de cocaína e crack e teria lucrado ao menos R\$ 3,7 milhões com o esquema.

Entre os alvos da ofensiva está o influenciador fitness Renato Cariani, que tem cerca de 7 milhões de seguidores nas redes sociais. Agentes vasculharam a casa dele, assim como a empresa da qual ele é sócio.

Nas redes sociais, Cariani postou um vídeo sobre a ação, dizendo que não teve acesso ao conteúdo das investigações e teve a casa vasculhada por ser sócio de uma das empresas sob suspeita. Segundo o influenciador, a companhia foi fundada em 1981 e é controlada por sua sócia, de 71 anos.

"Tem sede própria, todas as licenças, certificações nacionais e internacionais. Trabalha totalmente regulada", diz.

Batizada de Hinsberg, a ofensiva cumpriu 18 ordens de busca e apreensão em endereços em São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Segundo a PF, o nome faz alusão a Oscar Hinsberg, químico que percebeu a possibilidade de converter compostos químicos em fenacetina - principal insumo desviado no esquema, que ainda envolvia fraude na emissão de notas fiscais por empresas licenciadas a vender produtos em São Paulo.

O grupo é suspeito de fazer vendas fictícias a multinacionais - que eram vítimas da fraude, figurando como compradoras - e usava "laranjas" para depósitos em espécie, como se fossem funcionários das grandes empresas.

O MP-SP chegou a cancelar o pedido da PF para que fosse expedido mandado de prisão contra Cariani e outros dois investigados - sua sócia, Roseli Dorth, e seu "amigo" Fábio Spinola Mota. A Justiça não acolheu os pedidos.

DENÚNCIA. A investigação teve início a partir de uma denúncia feita em 2019 pela farmacêutica AstraZeneca, sobre emissão de notas fiscais em 2017

referentes a movimentações de produtos químicos que não reconhecia como suas. Depois, a PF recebeu mais dois relatos parecidos, da Cloroquímica e da LBS Laborasa.

As denúncias colocaram o MP no encalço das empresas Anidrol e da Quimietest, de um mesmo grupo administrado por Cariani e Roseli Dorth.

Foram identificadas 60 vendas fraudadas de lidocaína, fenacetina e manitol. A PF estima que os insumos podem ter viabilizado a produção de 15,8 toneladas de cocaína ou 12,2 toneladas de crack.

Como funcionava

Grupo fazia vendas fictícias a multinacionais e usaria "laranjas" para depósitos em espécie

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Congresso pressiona governo por derrubada de vetos

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro, Julia Lindner e Caetano Tonet

Partidos da base aliada do governo chegaram a acordo nesta terça-feira para derrubada dos vetos ao marco legal das garantias e à execução antecipada de garantias pelo Fisco em processos judiciais que estiverem assegurados por fiança bancária ou seguro garantia. O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), contudo, pressiona o Executivo a aceitar a derrubada de todos os vetos aos projetos de lei do novo arcabouço fiscal e do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)** em troca de apoio para aprovar a medida provisória (MP) das subvenções.

Esses vetos, tem dito Lira a interlocutores, desrespeitam acordo do governo com a Câmara para a aprovação dos projetos. Por isso, há a exigência de que sejam analisados, e derrubados, antes de a MP ir à votação no plenário.

No caso do **Carf**, os dispositivos vetados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) por recomendação do Ministério da Fazenda são referentes a redução de multas da **Receita Federal** e às garantias exigidas em processos judiciais sobre questões tributárias. A validade deles, justifica a equipe econômica, causará impacto na arrecadação.

O governo aceitou apoiar a derrubada de apenas um dos 25 vetos do **Carf**: tornará lei que a execução de supostos débitos tributários em discussão na Justiça aguardará o trânsito em julgado de decisão se estiver lastreada por fiança bancária ou seguro garantia. Os demais não tinham consenso e a intenção do Executivo é que fossem a voto no plenário do Congresso, junto com a demarcação de terras indígenas e arcabouço fiscal. A sessão ocorreria nesta quinta-feira, mas pode ser adiada para a Câmara votar a **reforma tributária**.

Outro ponto em que o Executivo cederá a Lira é a derrubada do veto a parte do marco legal das garantias. Ele defende que houve acordo para sanção integral, mas que Lula ignorou isso ao vetar a possibilidade de tomada de veículos sem autorização da Justiça, por meio de mandados extrajudiciais nos cartórios. O governo orientará pela derrubada do veto, o que permitirá que os bancos tomem veículos com

financiamento inadimplente sem necessidade de processo judicial.

Os parlamentares também chegaram a acordo para manutenção de quase todos os vetos à MP que recriou o Minha Casa Minha Vida. Apenas um veto será derrubado, a pedido do MDB (que comanda o Ministério das Cidades), para exigir a contratação de seguro pelas construtoras do programa habitacional.

Ainda serão derrubados os vetos a projetos que consideram como deficiência a surdez em apenas um dos ouvidos (surdez unilateral) e ao que concede pensão especial aos ex-integrantes do Batalhão Suez (contingentes do Exército enviados ao Oriente Médio como parte das Forças de Paz da ONU entre 1956 e 1967).

Por outro lado, serão mantidos por acordo os vetos ao novo Código Penal Militar, à desoneração do protetor solar, ao marco legal das ferrovias e a dispositivos da lei de compensação dos Estados e municípios, da escola de tempo integral e da Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2023.

Alguns dos vetos ainda estão sob análise e podem entrar na pauta ou serem adiados, como à gratuidade para despacho de bagagens em voos. Outros já foram adiados, como as mudanças na Lei Geral do Esporte, que teriam impacto fiscal. Eles podem ficar para a sessão do Congresso da próxima semana ou apenas para análise ao longo de 2024.

O presidente do Congresso, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que o veto presidencial à prorrogação da desoneração da folha de salários a 17 setores que mais empregam no país está mantido na pauta do plenário desta quinta-feira, apesar dos pedidos do Palácio do Planalto para que seja adiado. Segundo o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, apresentará até quinta-feira uma proposta alternativa de "reescalamento da reoneração".

Líder do União Brasil no Senado, Efraim Filho (PB) disse que mesmo dentro da base do governo houve apoio majoritário para derrubada do veto ainda esta semana. "Deixar essa matéria para a próxima semana é assinar uma sentença de morte, é deixar natimorta",

afirmou. Randolfe argumentou que haverá sessões na próxima semana. "Por parte do governo, não há óbice à análise do veto. Pedimos somente a paciência necessária", declarou.

A sessão desta quinta-feira do Congresso visa votar a maior quantidade de vetos possível para "limpar" a pauta do Congresso e libera-la para a aprovação dos projetos de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA) de 2024 na próxima semana. O relatório da LDO deve ser lido nesta quarta-feira na Comissão Mista de Orçamento, mas o governo ainda tenta negociar mudanças e tenta adiar a análise por mais tempo.

Serão mantidos quase todos os vetos à MP que recriou o Minha Casa Minha Vida

Site: <https://valor.globo.com/impreso/20231212/>

Investidor poderá decidir tributação no resgate

Raphael Di Cunto e Marcelo Ribeiro De Brasília

Vai à sanção presidencial projeto de lei que permite decidir qual tipo de tributação incidirá sobre o plano de **previdência complementar** na hora em que o investidor for resgatar o dinheiro - uma diferença que pode significar desde a isenção de **impostos** até a cobrança de alíquota de 35%. Atualmente, essa opção precisa ocorrer no momento de adesão ao plano.

A Câmara deve enviar nos próximos dias o texto para sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT). O projeto vale tanto para os contratos que forem firmados após a vigência da lei quanto para os atuais.

Ao receber o projeto, Lula terá 15 dias para decidir se o sanciona inteiro, em partes ou veta tudo. A expectativa do setor é que o texto seja integralmente sancionado, já que foi aprovado por unanimidade e com apoio do PT no Congresso. Porém, um veto parcial pode atingir os contratos já vigentes.

A proposta foi encampada por empresas do setor e associações de poupadores com a intenção de tornar mais atrativa a **previdência complementar**, ao diminuir as dúvidas sobre qual o melhor modelo de tributação. Hoje, essa decisão ocorre até décadas antes do prazo previsto para saque do dinheiro.

A medida abrange planos de **previdência complementar** privados e públicos, fundos de aposentadoria programada individual (Fapi) e planos de seguro de vida com cláusula de cobertura por sobrevivência sobre os rendimentos recebidos.

Há dois tipos de tributação hoje. Um é atrelado ao período de investimentos, chamado de tabela regressiva ou definitiva, com alíquota de 10% a 35%. Já a tributação progressiva soma o dinheiro recebido do plano com outras fontes de renda do investidor e tributa tudo junto conforme a tabela do Imposto de Renda, o que pode fazer a taxação variar de 27,5% à isenção.

Diretor de assuntos legislativos na Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg), o ex-ministro do Planejamento Esteves Colnago afirma que a proposta diminui as incertezas do investidor. "O problema que tenho hoje é que não sei se vou conseguir ficar com o dinheiro parado por 26 anos. Embora seja um

planejamento para aposentadoria, de longo prazo, ninguém tem certeza se não vai precisar do dinheiro antes", diz.

Do ponto de vista dos fundos, o projeto pode atrair mais investidores ao adiar a decisão sobre o volume de **impostos** que será necessário pagar na hora do resgate. "Isso primeiro vai facilitar a pessoa a decidir fazer um regime de previdência e não um investimento de curto prazo, porque dessa forma ela não será punida se precisar sacar o dinheiro antes", diz Colnago.

No caso do regime regressivo, o investidor é taxado inicialmente em 35% do valor. A alíquota diminui a cada dois anos, até chegar ao mínimo de 10% após dez anos.

Já na tributação progressiva, o valor recebido é somado aos demais rendimentos da pessoa física e tributado conforme a tabela do Imposto de Renda. Em 2023, a faixa de isenção está em R\$ 2.112, mas o governo criou mecanismo de dedução para que quem recebe até R\$ 2.640 não pague imposto. Acima disso, há cobrança de 7,5% a 27,5% (acima de R\$4.664).

Hoje, a migração é possível do regime progressivo para o regressivo. Mas, nesse caso, a pessoa é "punida" e o tempo de investimento passa a ser calculado a partir do momento da portabilidade (portanto, começará na alíquota de 35%). Não é permitido mudar do regressivo para o progressivo. O projeto acaba com essa restrição e com a punição.

A proposta caminhou sem nenhuma objeção do governo nas comissões da Câmara. Nenhum deputado interpôs recurso para que precisasse passar pelo plenário (o que evitaria a aprovação). O prazo acabou há duas semanas.

O projeto foi pautado em outubro pelo deputado Rui Falcão (PT-SP), presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), e o relatório da deputada Laura Carneiro (PSD-RJ) foi lido pelo deputado Helder Salomão (PT-ES) porque ela estava ausente. Em agosto, na Comissão de Finanças e Tributação, o parecer favorável à aprovação foi escrito pelo deputado Merlong Solano (PT-PI). Ou seja, recebeu amplo apoio dos petistas.

O temor das empresas é que haja preocupação na equipe econômica sobre possíveis perdas de receita. A Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira (Conof) da Câmara diz, no entanto, que o projeto não causará "repercussão imediata" para a União, já que "não altera nenhum fato gerador, base de cálculo, alíquota ou período de exigibilidade de tributos".

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187739>

Tudo ao mesmo tempo agora - VERA MAGALHAES

VERA MAGALHAES

Orisco de deixar tudo para a última hora, como o governo resolveu fazer neste fim de ano no Congresso, é que alguma tartaruga pode acabar escapando. Como os assuntos pendentes são relevantes em várias searas, pode-se dizer que Lula está vivendo perigosamente na economia e na política ao término de seu primeiro ano.

Há um silêncio da parte do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), denotando que nem ele, desta vez, tem um cenário claro daquilo que é possível e do que não é viável entregar ainda neste ano entre as muitas pendências.

Sua prioridade é desde sempre a **reforma tributária**. É aquele feito que, sabe, será creditado mais a seu empenho pessoal e a sua capacidade de liderança sobre a Casa que preside do que ao governo ou ao Senado. Aprovar em definitivo a Proposta de Emenda à Constituição e promulgá-la depois de décadas será, para ele, auge de seu mandato e um possível passaporte para um futuro longe da planície da Câmara quando deixar a presidência.

A dúvida é quanto ao real empenho de Lira para aprovar o projeto mais caro a Fernando Haddad, a Medida Provisória 1.185, que muda a cobrança de **impostos** federais que incidem sobre incentivos fiscais. O governo acredita que há boa vontade do cacique em ajudar a Fazenda nisso, até porque o acordo incluiria que parte da receita a mais com arrecadações reforçaria as emendas parlamentares.

Mas há sérias dúvidas entre lideranças da própria Câmara quanto à capacidade do sempre onipotente Lira de entregar os votos desta vez. O silêncio com que ele conduz estas duas semanas finais do ano mostra que quer primeiro articular os votos para só então anunciar o cronograma, o que toma bastante imprevisível o montante com que a equipe econômica poderá contar no conjunto de medidas que erigiu para viabilizar o arcabouço fiscal.

Não parece ajudar a desanuviar o cenário o jogo duro da Fazenda em anunciar sua proposta alternativa ao veto de Lula à prorrogação da desoneração da folha de pagamentos para 17 setores da economia até 2027. Aliados do ministro têm dito que ele quer

condicionar o acordo à votação das matérias na pauta da Câmara, sobretudo da MP 1.185. Mas soa demasiado confiante da parte da equipe de Haddad achar que tem como pagar para ver com um cronograma tão apertado.

No afogadilho deste dezembro decisivo, também há certa dose de incerteza na política, com a votação, hoje, da indicação do ministro Flávio Dino para o Supremo Tribunal Federal.

Qualquer um com quem se converse em Brasília começa dizendo ser muito improvável que o Senado rejeite um de seus quadros para uma vaga na mais alta Corte. Mas, em seguida, ministros e senadores são reticentes quanto a arriscar um placar e uma certeza. E relatam uma dose de trabalho extra para assegurar votos na própria base aliada.

Um sinal na reta final desse cuidado extra veio na decisão de Lula de enviar seus ministros senadores de volta ao mandato para "prestigiar" o colega. Na verdade, havia incerteza quanto ao voto de apenas uma suplente, Margareth Buzetti (PSD-MT), companheira de chapa do ministro da Agricultura, Carlos Fávaro. O Planalto foi aconselhado a disfarçar o cuidado embalando todos os ministros senadores no mesmo pacote, porque tudo de que não se precisava nesta fase decisiva era uma acusação de misoginia contra uma senadora do Centrão.

A aposta mais aproximada que aliados de Dino fazem é que ele deverá ter mais votos que André Mendonça (47) e menos que Cristiano Zanin (58) e deverá ser confirmado. Se for assim, está ótimo para ele e para Lula. Mas o voto é secreto, e o trabalho da oposição contra o maranhense é obstinado, pois obter sua derrota seria um troféu natalino com que os bolsonaristas sonham para desgastar o presidente ao término do seu primeiro ano.

Como se vê, os próximos dias demandarão do Planalto e da Fazenda capacidade de enxergar as nuances e de articular saídas rápidas. O acúmulo de pendências mostra que foram atributos que faltaram nos últimos meses.

Lula está vivendo perigosamente na economia e na política ao término de seu primeiro ano

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Para recolocar o foco no lugar certo - RAUL VELLOSO

RAUL VELLOSO

Há um pouco mais de um mês, Lula da Silva chamou a imprensa para dizer que não apoiaria a meta de um resultado primário em 2024 para a União, como a proposta pelo Ministério da Fazenda, se isso prejudicasse a evolução dos investimentos em infraestrutura da União, tão importantes para a retomada do crescimento do **PIB**. Diante disso, de lá para cá o ministro da área vem tentando um caminho alternativo que seja capaz de conciliar os objetivos de ajuste fiscal (isto é, maior superavit) com o de retomada dos investimentos públicos. Só que, na sequência, Haddad não teve muita paz para fazer isso (nem tempo, pois o ano se encerrará em breve), por dois motivos. Primeiro, em reunião do partido do governo na semana passada, a presidente Gleisi Hofmann, do PT, voltou a insistir na mesma tese de Lula - não cortar investimento.

E, logo em seguida, o presidente do Senado, também mineiro, se uniu ao governador de Minas para propor uma nova saída focada no alívio da dívida com a União, para lidar com a crise financeira daquele estado, hoje tão grave como a de todos de maior dimensão, e tendo registrado há pouco o aumento para R\$ 160 bilhões na parcela devida àquela, por mero adiamento, outro abacaxi que caiu no colo de Haddad. O drama maior de Minas é que o Supremo lhe deu o prazo até 20/12 para aprovar o programa de ajuste que vem sendo negociado entre estados e União, conhecido como RRF - Regime de Recuperação Fiscal, com foco na dívida convencional, seja ele eficaz ou não. Ou seja, não faltam impasses...

Mas o grande drama dessa história é, contudo, que o maior problema que tanto a União quanto os demais entes precisam enfrentar, mas ninguém quer se ocupar dele por talvez **temer** um desgaste político adicional de peso, chama-se explosão dos deficits previdenciários anuais ou do passivo atuarial (ou seja, do estoque desse tipo de dívida medido como a soma desses deficits à frente, calculada a valor presente). Sem espaço para detalhar aqui tudo de uma só vez, cabe ficar claro que isso é algo que dificilmente teria como evitar antes, só se conseguiria enfrentar depois...

Para dar uma ideia rápida do problema, o passivo atuarial dos regimes próprios da União, estados e

municípios, em nosso país, soma hoje algo ao redor de R\$ 5,3 trilhões, ou 61% do **PIB**, em valores de 2021, um escândalo....

Por trás disso, observam-se muito elevadas razões entre os deficits financeiros e as receitas correntes líquidas anuais desses mesmos entes. Já os analistas da área macroeconômica têm jogado seu foco de atenção com muito maior força para a dívida pública consolidada líquida, que à mesma época se situava em R\$ 5,7 trilhões, ou 65% do **PIB**, algo de dimensão um tanto (mas não tão) acima do relativo ao outro indicador. Só que, no outro caso, é muito maior seu grau de exigibilidade (quem vai deixar de pagar aposentados e pensionistas em dia? Lembrome da quebradeira de agências bancárias que o então governador do Rio, por falta de dinheiro, enfrentou faz pouco tempo com a suspensão do pagamento a aposentados pelos bancos).

Com o passar do tempo e em função de fortes pressões demográficas, foi, assim, ficando cada vez mais claro que teríamos de partir para a capitalização plena dos regimes previdenciários, ainda que paulatinamente. Após muita luta de parte dos defensores do ajuste fiscal, a própria Constituição (veja § 1º. do Artigo 9º. da EC 103) já mandou arrumar essa casa, mas nada praticamente aconteceu (o Piauí é um dos poucos estados em dificuldades que deu um bom avanço na correção desse curso, faltando ainda concluir a difícil tarefa).

A matéria é extensa, importante e urgente, e de tal ordem, que voltarei a tratar dela várias vezes neste espaço. Enquanto isso, deixarei alguns números do caso de Minas Gerais para a reflexão dos leitores.

Minas Gerais se destaca por ter uma dívida com a União - a que erradamente mais assusta muitos dos que falam na mídia desfocada - de R\$ 160 bilhões, embora pouquíssimos saibam que, em 2021, o seu passivo atuarial ou previdenciário (ou seja, para com os aposentados e pensionistas), à frente, era de nada menos que R\$ 3,1 trilhões, montando 23,9% do subtotal estadual, só perdendo para São Paulo (com um pouco mais acima disso - 24,2% do total). Há ainda o agravante de que a dívida previdenciária é exigível diariamente conforme vão vencendo os vários pagamentos ligados a esse tipo de ação governamental, por razões óbvias, enquanto a dívida

convencional é - também obviamente - rolável ad eternum.

Finalmente, cabe relatar que o deficit previdenciário anual mineiro, a preços de 2022, vem subindo sistematicamente, tendo passado de R\$ 14,2 bilhões em 2013, para a média de R\$ 19,9 bilhões em 2016-22. Enquanto isso, os investimentos desabavam de R\$ 9,6 bilhões em 2013, para a média de R\$ 2,6 bilhões em 2018- 2020. Que Deus salve os mineiros!

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2023/12/13/all.pdf>

Manter vitória sobre a inflação depende de confiança fiscal (Editorial)

O Comitê de Política Monetária (Copom), do Banco Central (BC), conclui hoje sua última reunião deste ano. A expectativa é um corte de meio ponto percentual na taxa básica de juros, a Selic, para 11,75%. A reunião ocorre um dia depois do anúncio da **inflação** de novembro: 0,28%, menor resultado para o mês desde 2018. No acumulado do ano, o índice está em 4,04%. A previsão dos analistas ouvidos pelo BC é de 4,51% em 2023, abaixo do teto da meta (4,75%). Depois de dois anos acima do limite, o Brasil volta enfim a dominar a **inflação**. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva deveria lembrar tal feito antes de voltar a atacar o presidente do BC, Roberto Campos Neto. **Inflação** alta, vale ressaltar, é particularmente perniciosa aos pobres.

O Copom deu início à escalada de juros em março de 2021, antes da maioria dos bancos centrais das grandes economias, que depois seguiram a mesma estratégia contra o choque inflacionário da pandemia. A Selic saiu de 2% em janeiro de 2021 até chegar a 13,75% em agosto de 2022. Apesar disso, em 2021 a **inflação** ficou em 10,06%, quase o dobro do teto da meta (5,25%). No ano passado, caiu para 5,79%, ainda acima do teto. Só neste ano voltou para dentro dos limites. A conquista só foi possível também graças aos compromissos fiscais assumidos pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Sem eles, as expectativas inflacionárias sofreriam deterioração, exigindo do BC juros ainda mais altos.

O regime de metas de **inflação** foi adotado em 1999 e tem se provado eficaz para ancorá-las. Em 24 anos, a **inflação** ficou fora do intervalo de tolerância apenas sete vezes: no choque econômico do início do século e no primeiro ano de Lula no Planalto (2001, 2002 e 2003), na crise provocada por Dilma Rousseff (2015 e 2017) e nos últimos dois anos. O resultado de 2023 reforça o poder do BC como referência futura da alta de preços. Sem credibilidade, não há regime de metas que funcione.

Olhando para 2024, o governo pode atrapalhar o controle da **inflação** de duas maneiras. A primeira é Lula voltar a pressionar Campos Neto a acelerar a queda de juros. Ontem, em evento no Palácio do Planalto, ele disse ser preciso "mexer com o coração do presidente do Banco Central" para baixar a Selic. A declaração quebra meses de trégua costurada por Haddad e revela a dificuldade de Lula para atender

aos anseios do PT na economia.

Justamente aí está o segundo risco. Uma resolução recente do partido critica a "ditadura do BC independente" e diz ser necessário se livrar do que chamou de "austericídio fiscal". O governo pode fazer estrago maior se abandonar seus compromissos fiscais. O novo arcabouço para as contas públicas mal tinha sido aprovado, e Lula já falava em desrespeitar as metas de zerar o déficit em 2024. Haddad enfrenta dificuldades no próprio partido para aprovar no Congresso as medidas necessárias ao cumprimento das metas do arcabouço.

Ora, credibilidade é fator crítico para o êxito de qualquer política econômica. Ainda que atingir as metas seja difícil, o governo não pode passar a impressão de que só finge tentar cumpri-las. Em 2024, com a economia em desaceleração e a eleição municipal, será maior a tentação de tomar decisões eleitoreiras, de olho no curto prazo. Por isso, mais importante que tocar o coração de quem está no BC, será preservar a razão de quem está no Planalto.

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Às vésperas do Copom, juro futuro recua após dados de inflação

Gabriel Roca, Arthur Cagliari e Matheus Prado De São Paulo

Dados de **inflação** ao consumidor ligeiramente abaixo do consenso no Brasil permitiram nova sessão de queda dos juros futuros ontem. Já câmbio e bolsa registraram performance negativa, em dia de queda firme do petróleo.

No fim do pregão, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 recuou de 10,31% do ajuste anterior para 10,25%; e a do DI para janeiro de 2027 cedeu de 10,075% para 10,01%. O dólar teve alta de 0,59%, a R\$ 4,9659, e o Ibovespa caiu 0,40%, aos 126.403 pontos.

A alta de 0,28% do IPCA em novembro foi interpretada por participantes do mercado como um sinal de que a desinflação no Brasil continua firme, especialmente pela dinâmica comportada dos núcleos de **inflação** mais acompanhados pelo Banco Central (BC).

"A leitura do IPCA de novembro continuou mostrando que a desaceleração da **inflação** continua em curso e não há nada a se preocupar. O número de hoje [ontem] não traz novidades em relação à parte qualitativa da **inflação**, ou seja, a desinflação dos núcleos e serviços permanece em linha com o esperado, e segue como notícia positiva dado o momento do mercado de trabalho e o forte desempenho da atividade econômica", diz a estrategista de **inflação** da Warren Investimentos, Andréa Angelo.

Já nos EUA, o CPI subiu 0,1% em novembro ante outubro, em alta que contrariou expectativa de estabilidade. Apesar disso, uma medida de **inflação** que exclui alimentos, energia e a **inflação** habitacional - conhecida como "supercore" - voltou a acelerar em novembro, trazendo desconforto aos participantes do mercado. O rendimento da T-note de dois anos subiu de 4,706% para 4,718% e a taxa da T-note de dez anos recuou de 4,236% para 4,200%.

"Para além do número cheio, o chamado "super núcleo" voltou a subir depois de abrandar em outubro. Os serviços básicos excluindo habitação aumentaram 0,4%, acima dos 0,2% do mês passado", aponta Thomas Simons, economista da Jefferies.

Mesmo assim, agentes interpretaram o dado como um novo sinal de que o processo de aperto monetário nos EUA deve ter chegado ao fim. Ainda que ponderem que não há evidências sólidas para embasar a visão de que os cortes de juros começarão no início de 2024.

De acordo com a Vinland, o cenário já se desenhava para o Fed poder parar de subir os juros e o dado consolida essa visão. E, no Brasil, segundo a equipe da gestora, o IPCA veio perto do consenso e sua abertura segue benigna. "O Copom desta semana deve reduzir a taxa Selic para 11,75%. No **comunicado**, a sinalização deve continuar a mesma, com cortes de mesma magnitude nas próximas reuniões se o cenário evoluir conforme esperado", diz em nota.

Ibovespa e real sentiram, por sua vez, a projeção de preços de petróleo do Departamento de Energia dos EUA para 2024, que apontou que o Brent deve ser negociado em média a US\$ 82,57, queda de 11,4% ante novembro. A commodity cedeu 3,67%, a US\$ 73,24, e Petrobras ON recuou 1,53%.

126.403 foi a pontuação do Ibovespa ontem

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187739>